

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**DAIANE ESTEVAM AZEREDO**

**DA CASA GRANDE AOS NEGÓCIOS: A PARTICIPAÇÃO**  
**FEMININA NOS NEGÓCIOS DE CRÉDITO NO RIO DE JANEIRO NOS**  
**ANOS INICIAIS DO SÉCULO XIX (1800-1819)**

**Nova Iguaçu**

**2013**

## **RESUMO**

Este trabalho tem por objetivo analisar as relações de gênero dentro das relações de crédito fluminense entre os anos de 1800 e 1819, buscando avaliar a atuação feminina e a extensão dessas participações nas relações creditícias. Para isto utilizaremos vasta bibliografia sobre o tema, além de fontes manuscritas, as escrituras de dívida, de venda e quitação dos livros de nota do Primeiro Ofício Cartorial do Rio de Janeiro, sob a guarda do Arquivo Nacional. Dessa maneira, pretendemos demonstrar que apesar da contraposição típica de uma sociedade patriarcal, algumas mulheres participaram como sujeitos ativos nas negociações creditícias e que o fato de ser mulher não inibiu sua participação nesses tipos de transação.

**DAIANE ESTEVAM AZEREDO**

**DA CASA GRANDE AOS NEGÓCIOS: A PARTICIPAÇÃO  
FEMININA NOS NEGÓCIOS DE CRÉDITO NO RIO DE JANEIRO NOS  
ANOS INICIAIS DO SÉCULO XIX (1800-1819)**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica de Souza Nunes  
Martins

**Nova Iguaçu**

**2013**

**DAIANE ESTEVAM AZEREDO**

**DA CASA GRANDE AOS NEGÓCIOS: A PARTICIPAÇÃO  
FEMININA NO MERCADO DE CRÉDITO NO RIO DE JANEIRO NOS  
ANOS INICIAIS DO SÉCULO XIX (1800-1819)**

Monografia apresentada ao curso de História como requisito parcial para a obtenção do Título de Licenciado em História do Instituto Multidisciplinar da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Mônica de Souza Nunes Martins – UFRRJ/IM

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Rachel Soihet – UFF

---

Prof. Dr. Marcos José de Araújo Caldas – UFRRJ/IM

**Nova Iguaçu**

**2013**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por me fortalecer e sustentar a cada dia, e por ter me capacitado a realizar este trabalho.

Agradeço posteriormente aos meus pais, Auta Estevam César Azeredo e Lenizio Azeredo, por ser o alicerce no meu desenvolvimento e por me acalmar nos momentos de nervosismo e angústia nas entregas dos trabalhos e nos dias de prova da faculdade.

À minha irmã, Priscila Estevam César Azeredo, pelo apoio e por me ouvir nos momentos mais difíceis dessa jornada.

À minha orientadora, a Prof. Dr<sup>a</sup> Mônica de Souza N. Martins, por sua paciência e dedicação em me ajudar a desenvolver esta pesquisa e, principalmente, por ter lapidado minha visão enquanto aluna-pesquisadora. Obrigada pela oportunidade de ter participado do seu projeto de pesquisa, graças a essa minha inserção, minha vida acadêmica tomou um novo rumo. Muito obrigada!

Aos meus amigos, em especial Elizabeth Santos de Souza e Alice Faria Signes, pela amizade verdadeira, pelo carinho e apoio nos momentos difíceis pelos quais passamos. Obrigada por me acalantar nos momentos de desespero pelos quais passei, sem saber qual recorte instituir para minha pesquisa.

À Elizabeth Santos, por ter sido minha auxiliadora na revisão desta obra, graças a ela esta obra está de qualidade. Obrigada, “Beth”!

À turma 2008.2, meus companheiros de graduação, pelo apoio que sempre demonstraram a mim.

Ao David Vinicius Pereira, por sua amizade e pelas inúmeras caronas que me ofereceu ao longo desses cinco anos de graduação. Mesmo sem saber, me ajudou muito. Se não fosse você não teria chegado até aqui.

Aos atendentes do Arquivo Nacional, pela paciência e atenção que dedicaram a mim, que sempre com presteza me ajudaram a localizar as fontes.

À FAPERJ pelo financiamento da minha bolsa de iniciação científica e a todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização deste sonho.

## SUMÁRIO

Introdução.....	7
Capítulo 1 - Estudo das mulheres ou sobre as mulheres.....	11
1.1. - O campo história das mulheres.....	11
1.2. - De Eva à Maria: as diversas visões sobre a feminilidade.....	17
Capítulo 2 - Os (as) patriarcas no rio de janeiro do século XIX.....	22
Capítulo 3 - Pedir e conceder: os papéis femininos nas negociações.....	32
Considerações finais.....	45
Fontes.....	47
Bibliografia.....	47

## INTRODUÇÃO

História é a “ciência dos homens, no tempo” (BLOCH, 2001, p. 55) e para tal, a questão-problema e a definição das fontes é o que norteia o historiador. Para mim, esta tarefa foi um tanto complicada no seu início, até a definição sobre qual tema, que questão iria estudar?

A partir da minha inserção como bolsista de iniciação científica FAPERJ no projeto *Relações econômicas no Brasil pré-capitalista: agentes e condições de crédito na economia fluminense na primeira metade do século XIX*, sob orientação da prof. Mônica de Souza N. Martins, projeto este cujo objetivo é mapear os agentes e as condições de crédito na economia fluminense na primeira metade do século XIX através de escrituras de dívida, venda e destrate de dívida, pude ter contato com fontes que retratam a participação de mulheres nas negociações de crédito no período oitocentista, fato este que me chamou a atenção. Desta forma, surgiu meu interesse em analisar a inserção das mulheres em uma sociedade aos moldes do sistema patriarcal<sup>1</sup>.

Antes de ingressar nesse projeto de pesquisa, eu desejava analisar na minha monografia as identidades partilhadas pelos trabalhadores cariocas nos movimentos grevistas entre os anos de 1930 e 1932. No entanto, a partir da minha admissão no projeto, com as leituras bibliográficas realizadas ao longo do período da bolsa e, principalmente, ao me deparar com o alto quantitativo de mulheres participantes no mercado de crédito fluminense, meu olhar de aluna-pesquisadora mudou de direcionamento, levando-me a modificar o tema do trabalho.

Através dos trabalhos da bolsa de iniciação científica tive fundamentalmente um contato com obras de referência na área em questão, realizando fichamentos dos mesmos. O principal objetivo desta tarefa foi o de consolidar os meus conhecimentos na área de pesquisa.

Como o trabalho com fontes primárias era uma experiência nova para mim, muitas dificuldades suscitaram no decorrer destes quase dois anos de pesquisa. Tive que retornar diversas vezes aos mesmos documentos para poder apreender partes dos mesmos que a princípio eram incompreensíveis. No entanto, ao longo do trabalho de coleta de dados pude me acostumar com a escrita da época, possibilitando-me ainda o desenvolvimento de reflexões que partiram da minha observação das fontes, em sua articulação com a bibliografia consultada e as discussões de pesquisa. Essas reflexões me despertaram o interesse por este tema.

---

<sup>1</sup> O que entendemos por patriarcalismo será discutido no segundo capítulo.

Além disso, o contato com as fontes de época trouxeram grandes desafios para mim. A documentação encontra-se em estado de quase deterioração, apesar da tentativa de preservação das instituições que possuem sua guarda. Partes dos documentos estão ilegíveis, pois além da grafia ser bem complexa e arcaica, muitas palavras encontram-se borradas por conta do manuseio ou deterioradas pelo tempo. Além de que há livros interditados e outros não localizados pelo Arquivo Nacional, ficando lacunas temporais entre os documentos. Assim, os anos de 1801, 1802, 1806, 1807, 1812, 1815, 1816, 1818 e 1819 estão incompletos. No entanto, com a ajuda da tecnologia, a opção de poder ampliar as imagens nos computadores por meio de zoom constituiu chave-mestra nessa tarefa, contribuindo muito para a melhor visualização dos documentos disponíveis.

Para reunir os dados coletados, optamos por desenvolver uma tabela de pesquisa. Como meu olhar de aluna-pesquisadora ainda não estava tão apurado, tive que ir e voltar diversas vezes a tabela para retificar os dados, o que demandou mais tempo na pesquisa. Informações como quem entrou com o pedido de registro de escritura e ocupação do credor e do devedor que a princípio não me pareceram tão importantes, tinham sido deixadas de lado, mas com o decorrer do tempo percebi que estes dados são primordiais e que merecem uma atenção especial. Desta forma, dediquei aos mesmos uma coluna específica para cada um de forma que pudesse ficar mais organizada as informações na tabela.

Essa análise sistemática e disciplinada da documentação me levou a ter outro entendimento acerca do século XIX e das relações de crédito neste período. Primeiramente, o que me chamou a atenção foram as relações de parentesco estabelecidas entre os vários agentes nas dívidas analisadas. Essas negociações eram realizadas entre parentes de primeiro e segundo grau. Outro fato que atraiu minha atenção foi o envolvimento de religiosos no mercado creditício, que ora emprestavam e ora tomavam emprestado. Essas e outras questões despertaram as questões iniciais que me instigaram a pesquisar este tema, mas com o auxílio da minha orientadora e das leituras realizadas compreendi melhor como se processavam os vínculos no momento da negociação.

Dessa forma, apesar da questão enigmática quanto ao conhecimento das mulheres enquanto sujeitos passivos nos arquivos públicos, através da minha entrada no projeto mencionado anteriormente, pude verificar que apesar do quantitativo da presença feminina nas escrituras ser tão baixo, se comparado ao dos homens, é possível escrever uma história das mulheres a partir de fontes de caráter públicas, como fez Eni Samara (1989). Para realizar seu estudo sobre a família e as mulheres no período oitocentista, Samara utilizou basicamente testamentos, maços de população, nulidade de casamento e processos de divórcio.



Além disso, são os poucos estudos feitos por historiadores que se dedicam as relações de crédito no Rio de Janeiro na primeira metade do século XIX, deixando espaços sem escritos historiográficos quanto à concepção da participação das mulheres nas negociações. Neste sentido, uma lacuna figura no conhecimento de como as mulheres eram retratadas e como se inseriam nas relações de crédito nos negócios que foram estabelecidos ao longo deste período.

Sendo assim, nosso foco é analisar como as mulheres se inseriram em uma sociedade do tipo patriarcal e em que medida elas participaram como agentes de crédito no mercado creditício fluminense entre os anos de 1800 e 1819. Este período configura-se importante para a presente pesquisa, pois, além de abranger o quantitativo total de escrituras analisadas pelo projeto de pesquisa da qual fazia parte, é um momento de diversas transformações tanto sociais, como políticas e econômicas<sup>2</sup> pelos quais o Rio de Janeiro estava passando.

Débora C. de Gonzaga Camilo em seu trabalho *Vendendo Secos e Molhados: Estudo de Caso de Uma Comerciante Negra no Setecentos Mineiro* é uma das poucas historiadoras que buscaram avaliar a presença feminina em negociações. Esta autora analisou a presença de crioulas e africanas no comércio em torno das vilas das minas mineiras, constatando com base nas concepções de Sheila Faria (2000) que a pobreza das comerciantes deve-se mais a sua condição no contexto histórico da sociedade do que as suas verdadeiras formas de sobrevivência, ou seja, a visão das mulheres forras foram tão intensamente demarcadas pela ausência de bens, que alguns historiadores mesmos averiguando as propriedades de algumas delas, continuam a afirmar sua pobreza. No entanto, trabalhos que foquem a atuação feminina nos negócios de crédito são escassos. Na varredura que realizei não consegui localizar nenhum trabalho com esse objetivo, mas mesmo assim não posso afirmar que não existam.

Dessa forma, trabalharemos como uma ideia proveniente da obra de Adriana Dantas Reis Alves (2010), em que mostra “o poder na escravidão como política de gênero, como uma relação inventada a todo o momento. Ou seja, o poder dos homens mantinha-se através de instancias normativas e da manipulação dos símbolos” (p. 76). Dessa maneira, cogitaremos que a noção de gênero era uma referencia dentro das relações creditícias, tanto quanto os critérios de cor e de segmentação social, mas acreditamos que isso não impedia que negociações fossem traçadas entre indivíduos de gênero, cor e grupos sociais distintos.

Para isso, faremos no primeiro capítulo uma breve revisão bibliográfica sobre a formação do campo história das mulheres, a fim de apresentar algumas das diversas

---

<sup>2</sup> Esses fatos serão melhores esclarecidos no segundo e no terceiro capítulo deste trabalho.

perspectivas produzidas em estudos acadêmicos. Além disso, ofereceremos um pequeno panorama de tipologias femininas no período medieval, com o objetivo de apontar alguns traços que perpassaram o oceano atlântico com os portugueses e outros estrangeiros que aqui aportaram.

No segundo, por sua vez, mostraremos por meio das referências bibliográficas e fontes da pesquisa a inserção das mulheres em uma sociedade patriarcal, destacando as dinâmicas estabelecidas por elas no Rio de Janeiro do século XIX.

E, por último, no terceiro capítulo apresentaremos um breve panorama da historiografia concernente à história econômica e de que modo esta dialoga com as novas abordagens que surgiram ao longo do século XX, além de buscar analisar de que forma as noções de masculino e feminino interferem nas negociações no mercado de crédito fluminense e como se processava a atuação das mulheres como agentes de crédito neste período.

Dessa maneira, pretendemos realizar um estudo sobre as mulheres no período oitocentista buscando contribuir para a historiografia com um tema até então pouco estudado: a participação feminina enquanto sujeitos ativos no mercado de crédito fluminense.

## CAPÍTULO 1

### ESTUDO DAS MULHERES OU SOBRE AS MULHERES

#### 1.1 – O CAMPO HISTÓRIA DAS MULHERES

Desde o século XIX, quando a História tornou-se uma disciplina, a mulher dependeu da representação dos homens sobre elas. No entanto, na década de 1960, foram elas que passaram a contar sua própria história. A crise dos grandes paradigmas, os movimentos feministas e a Nova História foram alguns dos fatores que levaram a diversificação de temáticas nos estudos históricos (COLLING, 2004).

Entretanto, somente a partir de 1980 que o tema história da mulher surgiu enquanto campo definido de pesquisa histórica. Desse momento em diante, os números de trabalhos que envolvem a presença feminina têm crescido substancialmente, tornando-se tema de revistas, artigos científicos, entre outros. Foi dessa maneira que “fez emergir, assim, um conhecimento sobre as mulheres que questiona o papel central que os homens tradicionalmente têm ocupado nas narrativas históricas” (SILVA, 2008, p. 224).

De acordo com Ana Maria Colling (2004, p. 31), “os historiadores hierarquizaram a História – o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. A universalidade do ‘eles’ mascarou o privilégio masculino, aparecendo como uma neutralidade sexual dos sujeitos”. Antes da década de 60, as representações sobre feminilidade existentes eram aquelas em que as delimitavam ao espaço doméstico e privado, ou seja, suas funções seriam apenas a de ser esposa e mãe. As que assim não procedessem eram acusadas de desestruturarem seus lares. Desta forma, “fora do lar as mulheres são perigosas a ordem pública” (p. 32). Entretanto, não foi essa a visão que apreendemos na análise das escrituras, que será apresentada no próximo capítulo. Pelo contrário, é perceptível que algumas delas ampliaram sua margem de atuação nessas sociedades, adentrando espaços que não eram concebidos como seus, mas que ao desempenharem bem as novas funções que conquistaram, ganharam prestígio e destaque perante aqueles que as cercavam.

Somando-se a essa visão, a escassez de fontes que se remetesse às mulheres foi um dos empasses com o qual se deparou aqueles que queriam escrever uma história sobre as mulheres (PERROT, 1989).

[...] No século XIX, por exemplo, os escriturários da história – administradores, policiais, juizes ou padres, contadores da ordem pública –

deixam bem poucos registros que digam respeito às mulheres, categoria indistinta, destinada ao silêncio. Quando eles o fazem nas ocasiões em que notam a presença de mulheres em uma manifestação ou reunião, recorrem aos estereótipos mais batidos: mulheres vociferantes, megeras a partir do momento em que abrem a boca, histéricas do momento em que gesticulam (PERROT, 1989, p. 9-10).

Segundo Rachel Soihet (1997, p. 428), a presença feminina nos documentos dos arquivos públicos é bem pequena. “Destinadas à esfera privada, as mulheres por longo tempo estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das gerações subseqüentes.”. Desta forma, “os arquivos privados, de acordo com Michelle Perrot, são mais generosos. Refere-se aos Livros de *raison*, espécie de “atas” da vida familiar, nos quais as mulheres anotavam o dia-a-dia doméstico” (p. 428). Contudo, grande parte desses registros pessoais foi destruída, “não poucas foram aquelas que os rasgaram ou os queimaram, temendo ser objeto de zombadas” (p. 429).

Dessa maneira,

As dificuldades de penetrar no passado feminino têm levado os historiadores a lançarem mão da criatividade, na busca de pistas que lhes permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo neste terreno. Assim, cópias heliográficas arquitetônicas foram utilizadas para interpretar as relações de poder na vida doméstica, tal como relatos de assistentes sociais para investigar relações domésticas ou diários de médicos para conhecer o comportamento das mulheres durante o parto [...] (SOIHET, 1997, p. 429).

De modo geral, os estudos que retratam as mulheres seguem as regras de ordem e papel social em que o gênero feminino é dado enquanto coletividade à qual se confere características comuns. Às mulheres caberia o espaço doméstico e aos homens o público, ou seja, os mercados de negócios, bancos, clubes, locais de sociabilidades seriam espaços estritamente masculinos não cabendo a circulação feminina nestes recintos.

No entanto, diversos historiadores têm conseguido driblar essas dificuldades e dar uma nova abordagem à história da mulher, desmistificando até mesmo esta nomenclatura, como fez Rachel Soihet. “Diversas em sua condição social, etnia, raça, crenças religiosas, enfim, na sua trajetória marcada por inúmeras diferenças, cabe, portanto, abordar-se a ‘história das mulheres’” (SOIHET, 1997, p. 399).

Sendo assim, a própria produção historiográfica sobre as mulheres sofreu modificações.

É ao longo da década de 1980, porém, que emerge o que se poderia considerar uma segunda vertente das produções acadêmicas sobre as mulheres. Aí floresce um conjunto de estudos preocupados em revelar a presença das mulheres atuando na vida social, reinventando seu cotidiano, criando estratégias informais de sobrevivência, elaborando formas multifacetadas de resistência à dominação masculina e classista. Confere-se um destaque particular à sua atuação como sujeito histórico, e portanto, à sua capacidade de luta e de participação na transformação das condições sociais de vida (RAGO, 1995, p.82).

Apesar das divergentes percepções acerca das feminilidades, o objetivo principal de grande parte dos trabalhos, que se atém a esse tipo de pesquisa, é “desfazer a noção abstrata de “mulher” referida a uma essência feminina única, a-histórica, de raiz biológica e metafísica, para se pensar as mulheres enquanto diversidade e historicidade de situações em que se encontram” (RAGO, 1995, p.84-85). Ou seja, é analisar as mulheres em outros espaços não concebidos pela sociedade.

Entretanto, uma pergunta pairava sobre a discussão, como também a fez Tânia Maria Gomes da Silva (2008, p. 224), mas afinal “quando as mulheres passaram a fazer parte das preocupações dos/das historiadores/as? Em que momento suas vozes passaram a se fazer ouvir?”

Para Tânia Silva, foi somente nos anos de 1970 – com a Nova História, a terceira geração dos Annales – que o empreendimento de estudos voltados para dimensão sexual da história foi possível, uma vez que após as tentativas de se abranger todos os aspectos de uma sociedade em uma ampla síntese, a História Total, percebeu-se a fragilidade desses tipos de análise, passando-se ao interesse por outras modalidades de História. George Duby e sua paixão por escrever obras que envolviam as mulheres constituem um exemplo.

Dessa maneira, apesar das mulheres terem se mantido fora do foco central da Escola dos Annales, foi graças ao redirecionamento das pesquisas do âmbito político para o social, que estudos sobre o cotidiano, família, sexualidade, etc., puderam vir à tona. Temas estes que permitiram a inclusão de estudos sobre a presença feminina em espaços até então não explorados. Além disso, outro ponto importante a se destacar foi o surgimento de novos paradigmas científicos. Através do conhecimento dialético, ao analisar as mudanças históricas, os historiadores ampliaram o espaço de discussão para questões anteriormente tidas como sem relevância, a inserção das mulheres em uma sociedade patriarcal seria uma delas (SILVA, 2008).

Cabe-nos agora indagar: em que momento os estudos sobre a história da mulher e das mulheres se transformam ao ponto de ser adotada pela historiografia a “história do gênero”?

Antes de responder a essa pergunta é necessário diferenciar o termo *sexo* de *gênero*, que é tão inerente a este debate. Segundo Joana Maria Pedro (2005), *gênero* todos os seres animados ou inanimados possuem, mas no caso do *sexo*, somente alguns seres vivos tem, pois nem todas as espécies de animais se reproduzem de forma sexuada, mas mesmo assim, atribuímos-lhes um *gênero*. Ou seja, as diferenças entre homens e mulheres não estão baseadas em questões biológicas, mas antes em questões culturais.

No início do movimento feminista, a categoria gênero ainda não existia. O termo utilizado era mulher, como uma forma de contrapor-se a palavra homem, tão abrangente e universal, que englobava todos os seres humanos. No entanto, no decorrer dos anos de 1980, esta terminação foi duramente criticada dentro do próprio movimento feminista. A nova ala passou a reivindicar a diferença dentro do próprio movimento, pois a presença da diversidade impedia que todos os perfis femininos fossem expressos em um único termo. Em outras palavras, índias, negras, mestiças, trabalhadoras e pobres não estavam incluídas dentro deste conceito, e nem suas reivindicações eram iguais ao ponto de unificá-las em torno desse conceito (PEDRO, 2011).

No entanto, a circunscrição feminina baseada em justificativas exclusivamente biológicas era ineficaz para a elaboração de uma identidade comum, que abrangesse a diversidade social e cultural que as distingue. Adotou-se assim a terminologia no plural para se referir não mais à *Mulher*, mas às *Mulheres*, pois esta era uma forma de destacar a existência de diferenças entre elas (PEDRO, 2011). Essa nova abordagem no seio dos movimentos sociais também transformou a historiografia, que preocupada com as singularidades e com a diversidade no entendimento sobre esse objeto de estudo passou a enfatizar a diferença dentro da própria noção do conceito de mulher.

Não obstante, segundo Joana Maria Pedro, é importante ressaltar que essa mudança só foi possível graças aos Annales. Afinal, na forma da escrita positivista não havia lugar para a noção de mulheres ou gênero, só havia espaço para a noção de mulher no seu sentido universal. Nessa perspectiva, historiadores almejavam escrever a história de grandes mulheres com a finalidade de inseri-las à História, como era característico do postulado positivista.

O movimento feminista dos anos 90, do século XX, ao postular o termo mulheres e fomentar a origem do conceito de gênero, permitiu que os historiadores usufríssem de uma nova categoria de análise em seu trabalho. A discussão no que tange à divergência entre sexo e gênero ganha notoriedade, e este último insere-se como “uma categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1995).

Nos primórdios da utilização do conceito de gênero, ou seja, entre as feministas norte-americanas, a ideia associada a este termo baseava-se na rejeição ao determinismo biológico nas diferenciações por sexo. Nesta perspectiva, o gênero estaria ligado aos aspectos que demonstram feminilidades. Todavia, para Joan Scott, as que se preocuparam com a concentração de estudos sobre as mulheres passaram a empregar o termo gênero para realizar um estudo relacional sobre as mulheres e os homens.

Nos últimos anos, a palavra gênero tem substituído o vocábulo mulheres nos títulos de livros e artigos ao demonstrar que o uso conota a ideia de erudição. Scott nos diz que “enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica” (SCOTT, 1995, p. 6).

Scott defende que ao utilizar o termo gênero, os historiadores devem passar dos usos descritivos de história, para que assim possa formular teorias. Ao descrever, os estudos estariam limitados ao âmbito da mulher na família e no ambiente doméstico, deixando de lado as guerras, a política e a diplomacia, pois “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (p. 21). Sendo assim, o modo descritivo não seria o mais adequado para a historiografia.

A partir deste pressuposto, que concordo plenamente, as transformações nas relações sociais correlacionam-se com as modificações nas representações de poder. Rachel Soihet e Joana Maria Pedro (2007, p. 290) salientam que para Scott, “sua proposta de teorização sobre ‘gênero’ seria motivada pelo mesmo objetivo que levava as historiadoras feministas, particularmente as francesas, a escreverem a história das mulheres, qual seja, o de “apontar e modificar as desigualdades entre homens e mulheres”. Sendo assim, os significados que identificam homens e mulheres são construídos socialmente e não por características físicas.

Louise A. Tilly (1994) compartilha da mesma visão de Scott e chama a atenção para o caráter descritivo da história das mulheres, além de mencionar que se deve “produzir não somente estudos descritivos e interpretativos, mas também estudos que resolvam problemas analíticos, e vincular as descobertas que decorrentes desses às questões gerais que há muito estão postas à história” (p. 29). Dessa maneira, a autora propõe uma história analítica das mulheres para atrelar os problemas desse campo às outras histórias. Assim,

Ainda que definidas pelo sexo, as mulheres são algo mais do que uma categoria biológica; elas existem socialmente e compreendem pessoas do sexo feminino de diferentes idades, de diferentes situações familiares, pertencentes a diferentes classes sociais, nações e comunidades; suas vidas são modeladas por diferentes regras sociais e costumes, em um meio no qual se configuram crenças e opiniões decorrentes de estruturas de poder. Mas, sobretudo porque, para o historiador, em função do processo permanente de estruturação social, assim denominado por Philip Abrams, as mulheres vivem e atuam no tempo (TILLY, 1994, p. 31).

Em conformidade com Scott, Tilly defende o uso analítico atrelado ao uso descritivo dessa categoria, pois somente assim a história das mulheres poderá contribuir com os demais campos de saberes da historiografia, ao fornecer uma revisão das abordagens das fontes na história social e na econômica.

Entretanto, baseada nas concepções de Mary Del Priori, Tânia Maria Gomes da Silva (2008, p. 225) afirma que “antes das historiadoras foram as feministas que fizeram a história das mulheres. O feminismo evidenciou a ausência da figura feminina no território historiográfico, criando as bases para uma história das mulheres feita por historiadoras”.

No Brasil, as primeiras pesquisas históricas, que possuem como tema as mulheres, surgiram nos anos de 1980 e têm como marca a preocupante oposição entre dominação versus opressão. Autoras como Soihet e Del Priore constituem alguns exemplos da importância dessas pesquisas para o universo acadêmico. Para elas, importa mais abordarmos que estratégias e poderes as mulheres possuíam e que estavam por trás do ficcional poder masculino (DelPriore, 1994 apud SILVA, 2008).

Dessa forma, apesar da concepção de que o espaço público pertence aos homens, historiadores e historiadoras nos últimos anos tem se deparado com uma participação efetiva das mulheres em vários ambientes até então considerados como essencialmente masculinos.

Outro exemplo dessa visão pode ser identificada no estudo de Sheila de Castro Faria (2000) sobre mulheres forras em São João Del Rey, Minas Gerais. A autora demonstrou que o status de pobreza atribuída às mulheres forras naquela circunstância não pode se generalizado.

Está claro que escravos conseguiam, de alguma forma, juntar quantias que valeram para sua alforria ou para a de outras pessoas. Pelos indícios deixados nos documentos, a mulher de uma maneira geral, escrava ou forra, tinha mais condições que os homens de conseguir pagar sua própria alforria, a de seus filhos e a de seus companheiros. (FARIA, 2000, p. 81)

Sendo assim, temos a possibilidade de trabalhar com outra visão acerca dos relacionamentos estabelecidos entre os indivíduos. A perspectiva do gênero permite-nos



construir referências não somente no que tange às características físicas ou sociais dessas personalidades, mas, também relacioná-las ao perfil masculino, com o objetivo de apresentar uma nova perspectiva a respeito dos laços constituídos entre esses personagens no mercado de crédito fluminense. Ou seja, nosso propósito é analisar de que forma as noções de masculino e feminino interferia nas negociações, além de contribuir com um novo horizonte a ser seguido por outros campos de saberes.

## **1.2 – DE EVA À MARIA: AS DIVERSAS VISÕES SOBRE A FEMINILIDADE**

Não é possível demarcar o período em que os modelos de feminilidade que aqui serão apresentados surgiram. No entanto, como entre o final do século XII e o final do século XV d.C. os documentos produzidos por clérigos e leigos que abordavam sobre as mulheres tornaram-se mais numerosos (CASAGRANDE, 1990), adotaremos esse recorte para analisarmos os modelos femininos que representavam a vigente organização social das sociedades européias.

De modo geral, podemos dizer que os padrões aqui apresentados foram escritos por homens da Igreja e por leigos, os quais elaboraram valores e modelos de comportamento para que as mulheres seguissem. Para isso, criaram protótipos que elevavam a santidade e outros em que o pecado e o inferno eram sua marca.

Esses escritos demonstravam “a preocupação de apontar às mulheres o caminho da virtude e da salvação, frades, clérigos e leigos empreenderam um cuidadoso apuramento das tradições e falavam às mulheres com as palavras dos seus livros” (CASAGRANDE, 1990, p. 101). Isto se deve à percepção existente de que o corpo e a sexualidade feminina são perigosos e que o sofrimento, a morte e o pecado entraram no mundo por meio delas e, por isso, cabe aos homens dominá-las e castigá-las.

Dessa maneira, o controle social, os conhecimentos científicos e éticos, seguindo de certa forma os postulados religiosos, baseiam-se na perspectiva de que se a mulher não pode manter sua pureza, seu corpo deve servir somente à procriação, sendo esta sua finalidade última. Assim, nos discursos eclesiásticos percebemos três visões acerca das feminilidades: a primeira é representada por Eva, a inimiga; a segunda por Maria, a virgem; e a terceira por Maria Madalena, a carnalidade (DALARUN, 1990).

A primeira mulher que surge como modelo é Eva (DALARUN, 1990). A história da criação e da queda do homem pelo pecado no paraíso marcou a visão medieval do feminino. Por este modelo, a presença feminina é totalmente desfavorecida porque é vista como a

abertura para que o pecado entrasse no mundo, além de ter feito o homem desobedecer a Deus. Sendo assim, essa visão desfavorece a mulher, colocando-a na posição de segundo sexo.

A segunda é Maria, a mãe do filho de Deus. Foi por meio dela que Jesus veio ao mundo. Como Cristo deu origem aos cristãos, Maria também é considerada a mãe dos mesmos. Assim, Cristo e os cristãos são irmãos em Maria, e Cristo é o pai de todos os homens, em especial dos cristãos. Dessa maneira, Maria é vista como um modelo a ser imitado por todas as mulheres, pois por suas qualidades, virgem, santa e fiel aos princípios da Igreja foi escolhida pelo Pai Santo para ser a mãe de seu único filho, o qual traria salvação ao mundo. Além disso, Maria dá a luz ao seu filho, mantendo-se pura, constituindo a única personalidade feminina que não conheceu a união matrimonial para conceber uma criança, por isso a sua exaltação como senhora ideal.

A terceira e última representação feminina é Maria Madalena. Esta não era o símbolo de companheira, mas dos sentidos do corpo e da debilidade humana. Imagem de mulher que reflete sobre a alma e sensibilidade humana. Madalena era símbolo das características humanas, pois ao falar sobre a fragilidade feminina, os clérigos queriam tratar acima de tudo da fragilidade humana.

Entretanto, na busca por explicações pautadas na razão, pensadores partiram de outra premissa. No final da Idade Média, o grupo de Aristóteles, liderados por Tomáz de Aquino, foi em busca de explicações para delimitar melhor o exercício do poder feminino. Segundo os filósofos aristotélicos, a oposição entre homens e mulheres tem a sua raiz e durabilidade presentes na cultura ocidental.

Assim,

[...] Aristóteles chega portanto no momento exacto para justificar a hierarquia dos sexos, a “guarda” das mulheres no interior da família ou do convento e a sua exclusão das actividades públicas, a superioridade da autoridade masculina sobre a vontade comum do casal, a estreita margem deixada às esposas que desejem levar uma vida espiritual mais intensa no quadro do casamento, o reduzido papel da mãe na educação dos filhos (KLAPISH-ZUBER, 1990, p. 28).

Não obstante, pelo pensamento filosófico, Aristóteles e, sobretudo, Galeno, ao explicar as semelhanças entre os órgãos genitais masculinos e femininos, como “um destes é acabado e voltado para o exterior, o outro é diminuído e retido no interior, constituindo de certa maneira o inverso do instrumento viril” (THOMASSET, 1990, p. 69 e 70), nos mostra uma

similaridade inversa entre os órgãos genitais masculino e feminino. Já pelas concepções da medicina, o médico Avicena não ultrapassa o poder das palavras para apresentar suas ideias. Para ele, a ereção é ocasionada por “uma forte ventosidade que produz o spiritus desiderativus, operando assim a transformação da parte do corpo atingida em máquina pneumática” (p. 73 e 74).

Podemos constatar que as descrições das partes físicas das mulheres são feitas por meio da filosofia e da medicina, e não como um dado às vistas, ou seja, uma realidade manifesta. Entretanto, agora cabe esclarecermos quais os papéis eram atribuídas as mesmas no final da Idade Média e que de certa forma perpassaram no tempo, chegando até mesmo a possuir certa similaridade com os traços femininos que marcaram o período colonial brasileiro.

Em conformidade com os debates acerca do tema, notamos que as mulheres eram excluídas do espaço público, ou melhor, de qualquer meio de interação social, pois se acreditava que as palavras delas eram ameaçadoras a boa ordem. Assim, “a mulheres não deve aprender a ler ou a escrever senão para se tornar freira, porque muitos males têm acontecido por elas lerem e escreverem” (NOVARA, 1888 apud CASAGRANDE, 1990, p. 137).

Após o casamento, “os pais, depois de terem abraçado e beijado a filha, deixaram-na ir, exortando-a a honrar os sogros, a amar o marido, a amparar a família, a governar a casa e a mostrar-se irrepreensível” (Tobias 10, 12-13 apud CASAGRANDE, 1990, p. 143). Eis os deveres de uma boa esposa elaborados por homens da Igreja e por leigos.

Não obstante, depois de dar a luz a uma filha, as mulheres eram incumbidas de zelar por suas condutas, de modo a mantê-la longe de más companhias. Dessa forma, as esposas estariam reproduzindo o mesmo sistema de controle que os maridos exerciam sobre elas, porém, em relação às filhas. Ou seja, o domínio exercido do marido sob a mulher se refletia nas relações entre mães e filhas.

Além disso, ao tratar das consortes nesse período, não podemos deixar de mencionar o fino amor, também conhecido como o amor cortês. O fino amor foi criado na Provença, sul da França, no século XII, e de lá se espalhou por toda a Europa. Tratava-se de um modelo de relações entre homens e mulheres, cantadas pelos trovadores e encenadas pelos romancistas, a fim de demonstrar o código de conduta nelas expresso: a cortesia (FERNANDES, 2000, p. 1).

Segundo George Duby (1990, p. 344), o amor cortês era uma forma de “exercício de controle, ele convidava o cavaleiro a dominar-se a si próprio, a conter-se, à ‘continência’, a controlar as suas paixões, e as mais petulantes, as que são inflamadas pelas pulsões da carne. Proibindo a captura brutal, substituindo a violação e o rapto pelas etapas medidas do

cortejamento”. Sendo assim, estas composições mostravam a imagem que os homens faziam das mulheres.

No entanto, mesmo assim algumas fugiam à regra, chegando a assumir posições privilegiadas na sociedade, como nos aponta Suzanne Fonay Wemple.

O esforço carolíngio para introduzir a indissolubilidade nos casamentos foi bastante bem sucedida. Tietmar de Merseburgo fala-nos da existência do divórcio apenas na Polónia. A tentativa de encerrar as mulheres nos claustros mostrou-se prematura. No século X vemos de novo abadessas a assumirem posições de chefia, exercendo poder político, econômico e religioso. Na Alta Idade Média, nos séculos V, VI e VII, a sociedade estava pouco organizada; o papel das mulheres estava assim em aberto, e elas contribuíram extensamente para a organização da vida. Na época carolíngia, quando os reis triunfaram sobre a aristocracia e os bispos sobre os mosteiros, o alcance das atividades femininas foi mais estreitamente delineado e o envolvimento das mulheres fora de casa ou do mosteiro foi limitado. A opressão das mulheres não foi uma história sem fim na vida medieval. No século X as mulheres deram de novo uma contribuição dinâmica e criativa devido à descentralização da Igreja e do Estado. Estavam então numa posição mais privilegiada do que em tempos bem mais recuados. Os seus direitos e prerrogativas estavam de alguma forma protegidos pelas decretais imperiais do século anterior (WEMPLE, 1990, p. 265).

Claudia Opitz também nos apresenta essa margem de liberdade que as mulheres encontraram, mas ressalva que essa autonomia feminina restringia-se às camadas mais baixas da sociedade. Seja no campo ou na cidade, parece que a tutela masculina sobre as mulheres recuara.

Parece-nos também claro que, nos últimos três séculos da Idade Média, as mulheres – por exemplo nas corporações artesanais das cidades ou nas situações jurídicas em que eram consideradas como ‘menores’ –, com as suas diferenças sociais e regionais, puderam conquistar espaços de liberdade e abrir brechas na estrutura patriarcal da ‘Idade Média masculina’; no seu conjunto, as relações entre os sexos parecem por isso mais ambíguas cerca de 1500 no que antes [...] (OPITZ, 1990, p. 429).

A própria visão da Igreja sobre elas sofreu modificações, até mesmo em relação às prostitutas. O papel atribuído às mulheres marcadas por seus pecados sexuais em muitas narrativas dos clérigos era a do Diabo, da sedução e da tentação sexual. No entanto, em outras histórias, elas desempenhavam um papel bem diferente, chegando a possuir uma importância maior do que a do homem, a qual se esforça para salvar a alma do religioso do pecado sexual após perceber as verdadeiras intenções deste. Assim, essas mulheres mostram-lhes o quanto eles podem perder por causa de uma fraqueza carnal. (PILOSU, 1995). Também a

prostituição era vista como um mal necessário, pois por meio dela que se mantinha a ordem social, pois levava os homens, quando estes desejam saciar seus desejos sexuais, a dirigirem-se as prostitutas e não mais perseguir as mulheres virgens, casadas e viúvas.

Assim,

De tudo isso se conclui que a prostituição era definitivamente considerada, mesmo pela Igreja, um modo de vida, um status social, sem dúvida criticado e por vezes reprimido, como, aliás, se verificava também para os hebreus e para os leprosos – ver as Cruzadas dos Pobres ou dos Pastorinhos, as acções de Filipe V ou os massacres da época da Peste Negra. Se a prostituta exerce então um ofício repudiado mas tolerado, e se cai assim na categoria dos miseráveis aos quais a Igreja sempre ofereceu o seu apoio espiritual ou organizativo (a partir dos pobres *matricularii*), ficam parcialmente explicadas as atenções e os esforços postos na obra da recuperação e do asilo das mulheres de má vida (PILOSU, 1995, p. 171).

Sendo assim, podemos dizer que diversas no tempo, apesar das imposições a elas outorgadas, muitas mulheres não se enquadravam no padrão comumente descrito, a mulher sob a guarda masculina. É claro que o padrão por ora aqui traçado constituía a regra, mas como também foi visto havia exceções. Assim, havia mulheres chefes de domicílio e que trabalhavam para sustentar a si e sua família.

## CAPÍTULO 2

### OS (AS) PATRIARCAS NO RIO DE JANEIRO DO SÉCULO XIX

Do período colonial até meados do século XX, as mulheres no Brasil eram vistas como propriedade da figura masculina, seja ela o pai ou o esposo, e até mesmo um irmão. Dessa forma, cabiam a um destes a guarda e a proteção de suas damas.

De modo geral, podemos dizer que essa visão um tanto generalizante que é outorgada às mulheres, atravessou o oceano atlântico e aportou em nosso solo com a vinda dos colonizadores e outros estrangeiros que aqui desembarcaram. Em outras palavras, as relações de poder vivenciadas pelas características do tipo de colonização aqui implantado, como o escravismo, reproduziam relações de mando e submissão entre marido e esposa, pai e filha, e assim sucessivamente<sup>3</sup>.

Além disso, Mary Del Priori acrescenta a essa discussão a ideia de que a “Igreja apropriou-se também da mentalidade patriarcal presente no caráter colonial e explorou relações de dominação que presidiam o encontro entre os sexos [...]” (2006, p. 17). Assim, como já nos apontava Gilberto Freyre (2003), o patriarcado era constituído por valores que permeavam a sociedade colonial e que de certa forma regiam as relações sociais.

Dentro dessa visão, envolta das personalidades femininas estava toda uma gama de estigmas aos quais elas deveriam seguir, ou pelo menos demonstrar que seguiam, pois se assim não fizessem, eram taxadas como rebeldes, extirpadoras de seus lares, entre outras atribuições. Dessa maneira, em várias áreas elas eram guiadas a um determinado padrão, como veremos a diante. No entanto, o que queremos destacar é que estes não obtiveram transformações significativas do decorrer dos primeiros séculos de colonização até princípios do XIX.

Assim, podemos dizer que sob as figuras da mãe/ esposa/ filha estavam as responsabilidades pelo comportamento familiar. Tanto o sucesso quanto o fracasso de um lar dever-se-ia a elas. Dessa forma, “se o homem preferir o exterior, as luzes do cabaré, se as crianças preferirem a rua, seu espetáculo e promiscuidades, será culpa da esposa e da mãe” (DONZELOT, 1980, p. 46 apud ESTEVES, 1989, p. 74). Soma-se a isso ainda o entendimento de que o papel de boa mulher e esposa estava intrinsecamente ligado ao de uma

---

<sup>3</sup> Segundo Mary Del Priori (2006), tradições portuguesas e europeias chegaram ao Brasil, mas, por conta das particularidades de nosso país, que veremos no decorrer deste trabalho, não foram mera reprodução metropolitana, pois viver nas colônias não era o mesmo que viver na metrópole. Assim, um dos principais objetivos do tipo de colonização aqui impetrado foi regulamentar o cotidiano das pessoas através da Igreja. Foi por meio dela que se aqui se construiu uma ideia de organização familiar e de controle sexual que de certa forma acabou repercutindo nas relações sociais.

boa mãe. Ou seja, os cuidados referentes à educação dos filhos, instrução e saúde compunham algumas das atribuições das mulheres oitocentistas que as qualificavam socialmente (HOT, 2010).

Aos homens, por sua vez, detentores dos papéis de esposo e pai, ficariam a cargo de prover o sustento da família, além de centralizar o poder do núcleo familiar em si. Todavia, com as mudanças ocorridas no século XIX<sup>4</sup>, as funções femininas sofreram algumas transformações, pois estas além de aparecerem como auxiliares das personalidades masculinas, na falta destes passariam a comandar o lar e os negócios. Ou seja, as mulheres passavam a assumir, em algumas circunstâncias, dois papéis, saindo da clausura do lar, permitindo a ampliação do seu círculo de convívio e participação na vida social (HOT, 2010).

Aos homens continuaria a tarefa de serem os provedores do sustento da família, o chefe do lar, aqueles ao quais todos deveriam se submeter. Todavia, na ausência deste eram as mulheres que passavam a ter o domínio familiar e/ou a serem consideradas auxiliares de seus esposos.

Por outro lado, com essas possibilidades de conduzirem os negócios da família, algumas mulheres, por iniciativa própria, ou na maioria das vezes, compelidas pelas necessidades, conseguiram ampliar seu espaço de convívio e interação com outros grupos sociais, ganhando cada vez mais espaço em uma sociedade que até então não lhes davam brechas para transitar em outros meios sociais, como o dos negócios. Além disso, outras tiveram uma das melhores instruções em termos educacionais, pois somente desse modo seus filhos conquistariam os mais altos cargos na política colonial (HOT, 2010).

Dessa maneira, a noção de que “enquanto o marido por fora agencia, trabalha, lida e moruja por adquirir meios de subsistência, cumpre que a mulher de portas a dentro zele, vigie, guarde e economize” (GAMA, 1996, p. 403 apud HOT, 2010, p. 63), já não limita a nossa visão, dando margem a investigarmos as mulheres em outros espaços de sociabilidade, como fez Débora C. de Gonzaga Camilo.

Camilo (2009), como já foi mencionado, ao realizar um interessante estudo de caso sobre os agentes mercantis negros em Minas Gerais no período setecentista através do testamento de uma comerciante negra de nome Thereza Ferreira Souto, a autora pode verificar que “o testamento da africana sugere a integração da vendeira aos mecanismos de mercado e

---

<sup>4</sup> Não queremos dizer que de um período a outro essas modificações tenham acontecido abruptamente, mas, antes, baseada nas análises de Bárbara Primo (2010), acreditamos que ritos de namora, casamento, e, como no caso da autora, de batismo, persistiram por um longo período. Dessa forma, mudanças como o urbanismo, o crescimento do individualismo, os novos discursos da medicina, etc, embora tenham provocado novas formas de conceber a vida em sociedade, muitas das práticas anteriores ao século XVIII permaneceram.

crédito que não deixam entrever qualquer débito em relação aos comerciantes de maior porte” (p. 5). Em outras palavras, a autora buscou analisar a presença de crioulas e africanas no comércio em torno das vilas das minas mineiras, a fim de mostrar que estas possuíam um papel ativo e consciente no mercado local. E foi o que basicamente buscamos constatar com a presente pesquisa.

Dentre 740 escrituras dos livros 188 a 197, 206 a 211, 215 a 217 e 221, referentes ao Primeiro Ofício de notas do Rio de Janeiro, podemos mapear por meio de tabulação quais foram os tipos de escrituras em que a noção de crédito apareciam com constância. Desta forma, analisamos somente escrituras de dívida e obrigação, escrituras de venda com bens hipotecados e as escrituras de quitação e destrata de dívida, como mostra a tabela 1.

**TABELA 1: QUANTITATIVO GERAL DE ESCRITURAS<sup>5</sup>**

	<b>TIPOLOGIA DAS ESCRITURAS</b>	
	Quantidade	Porcentagem
Escrituras de quitação	266	35,95%
Escrituras de dívida	265	35,81%
Escrituras de venda	209	28,24%
<b>TOTAL</b>	<b>740</b>	<b>100%</b>

**Fonte:** Escrituras de dívida, venda e quitação dos livros 188 a 197, 206 a 211, 215 a 217 e 221, sob guarda do AN.

Do total de escrituras analisadas entre os anos de 1800 e 1819, 22,43% dos credores e 14,46% dos devedores eram mulheres, ou seja, somando esse percentual temos uma participação feminina no total de 36,89%, como consta na tabela 2. Apesar de aparentar ser um quantitativo pequeno frente, respectivamente, aos 75,95% e 84,05% credores e devedores masculinos, totalizando 160%, se compararmos com a mentalidade que se tem dessa época, uma sociedade patriarcal<sup>6</sup> em que a mulher é vista como sob a guarda masculina, esse quantitativo de participação feminina é bastante contundente e será analisado no decorrer deste trabalho. Não se pode deixar de salientar o fato do pequeno quantitativo de pesquisas que averiguam a presença das mulheres nos negócios de crédito<sup>7</sup>. A respeito desse contexto,

<sup>5</sup> Todas as tabelas e gráficos apresentados remetem-se as escrituras de dívida, venda e quitação dos livros 188 a 197, 206 a 211, 215 a 217 e 221, sob guarda do Arquivo Nacional (AN).

<sup>6</sup> Baseado nas concepções de Gilberto Freyre (2003), chamamos de patriarcalismo as normas e valores que norteavam as famílias brasileiras, princípios estes que vigoraram no período de colonização até o século XIX.

<sup>7</sup> Localizamos apenas o trabalho de Débora C. de Gonzaga Camilo (2009), *Vendendo secos e molhados: estudo de caso de uma comerciante negra no setecentos mineiro*.



destacamos a importância desta pesquisa ao explorar a circulação feminina nos outros espaços sociais.

**TABELA 2: IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS NAS NEGOCIAÇÕES<sup>8</sup>**

	CREDORES		DEVEDORES	
	Quantidade	Porcentagem	Quantidade	Porcentagem
Homens	562	75,95%	622	84,05%
Homens e mulheres	77	10,40%	41	5,54%
Mulheres viúvas	58	7,84%	38	5,14%
Mulheres solteiras	19	2,57%	14	1,89%
Mulheres casadas que aparecem sozinhas nas escrituras	2	0,27%	5	0,67%
Mulheres divorciadas	2	0,27%	2	0,27%
Mulheres sem estado civil mencionado	6	0,81%	7	0,95%
Preta liberta	2	0,27%	0	0
Ilegíveis	12	1,62%	11	1,49%
<b>TOTAL</b>	<b>740</b>	<b>100%</b>	<b>740</b>	<b>100%</b>

Dentro dessa visão, se no período colonial até boa parte do século XVIII às mulheres não caberiam sair de seus lares, uma transformação no início do século XIX se processou, ocorrendo uma ampliação dos espaços circulados pelas personalidades femininas para locais até então tidos como essencialmente masculinos. Assim, com base na perspectiva eclesiástica, se antes a imputação do erro pelo fato ocorrido no Éden – em que a mulher cedeu à tentação da serpente, comendo da fruta proibida por Deus, levando o homem a também pecar – refletia na construção de imagens pejorativas das mulheres, neste momento já não as impedia de conquistar novos ares.

Além disso, antes,

<sup>8</sup> A análise dos dados foi feita por escrituras e não pelo número de agentes contidos em cada negociação.

Ela também carregava o peso do pecado original e por isso, sobretudo sua sexualidade, devia ser vigiada muito de perto. Repetia-se como algo ideal, nos tempos coloniais, que havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda a sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada (ARAÚJO, 2010, p. 49).

Acreditamos que “os papéis atribuídos às mulheres são lhes impostos ou concedidos não em função das suas qualidades inatas-maternidade, menor força física, etc., mas por razões erigidas em sistemas ideológicos; menos pela sua ‘natureza’ do que pela sua suposta incapacidade de entrar na cultura. [...]” (DUBY e PERROT, 1990, p. 11-12) Em outras palavras, entendemos que as identificações das mulheres às tarefas de esposa e mãe são socialmente construídas e não assumidas por elas por conta de suas características físicas.

Nascer homem ou mulher não é, em nenhuma sociedade um dado biológico neutro, uma simples qualificação ‘natural’ que permaneça como que inerte. Pelo contrário, este dado é trabalhado pela sociedade: as mulheres constituem um grupo social distinto, cujo caráter – lembra-nos Joan Kelly – , invisível aos olhos da história tradicional, não depende da ‘natureza’ feminina. Aquilo que se convencionou chamar ‘gênero’ é o produto de um reelaboração cultural que a sociedade opera sobre essa pretensa natureza: ela define, considera – ou desconsidera –, representa-se, contra os sexos biologicamente qualificados e atribui-lhes papéis determinados [...] (DUBY e PERROT, 1990, p. 11)

Nos tempos coloniais, por conta do fato de a maioria das meninas não poder frequentar aulas, seu aprendizado estava restrito aos muros de seus lares, através de brincadeiras e segredos partilhados com escravas e primas, por exemplo. No entanto, com relação à sexualidade delas, as mães se preocupavam bastante, pois “meninas com idade de 12 anos completos podiam contrair matrimônio, e [...] compreensível, portanto, a inquietação dos pais quando as meninas de 14 ou 15 anos ainda não se casara [...]” (ARAÚJO, 2010, p. 51). Além disso, a Igreja também exercia forte controle sobre a educação e o comportamento das meninas, adestrando gestos, atos e sentimentos. Entretanto, nem nesse período o ideal de adestramento feminino obteve sucesso por completo, como esclarece Emanuel Araújo.

A Igreja bem que tentava domar os pensamentos e os sentimentos, muitas vezes até com algum sucesso, mas nem todo mundo aceitava passivamente tamanha interferência quando o fogo do desejo ardia pelo corpo ou quando as proibições passavam dos limites aceitáveis em determinadas circunstâncias. Contudo, parece que o normal era a introjeção, por parte das próprias mulheres, dos valores misóginos predominantes no meio social; introjeção imposta não só pela Igreja e pelo ambiente doméstico, mas

também por diversos mecanismos informais de coerção, a exemplo da tagarelice dos vizinhos, da aceitação em certos círculos, da imagem a ser mantida neste ou naquele ambiente etc. Os desvios da norma, porém, não eram tão incomuns numa sociedade colonial que se formava e muitas vezes improvisava seus próprios caminhos muito longe do rei. [...] (ARAÚJO, 2010, p. 53)

E foi o que verificamos nas escrituras analisadas. Dentre as 149 escrituras – que se referem à participação feminina enquanto agentes principais nas negociações – identificamos 10 mulheres que apareceram em mais de uma delas. Isso mostra que parte dessas personalidades estava engajada no mercado creditício, negociando mais de uma vez dentre os três tipos de escrituras analisadas: as de quitação, venda e de dívida, sem contar com a infinidade de outros tipos de escrituras com os mais variados objetivos que constam nos livros de nota do 1º Ofício Cartorial do Rio de Janeiro em que elas poderiam aparecer.

No que diz respeito à ideia de mercado de crédito, adotamos o conceito de Karl Polanyi de que “[...] um mercado é o local de encontro para a finalidade da permuta ou da compra e venda” (POLANY apud ALMICO, 2009, p. 55). Seguindo estritamente a esta concepção, a realização de negociações ficaria limitada a determinados espaços, os escritórios cartoriais, por exemplo. No entanto, tendo em vista que parte dos empréstimos não eram concretizados por meio de registros judiciais, sendo boa parte formalizados por meio da oralidade, a ideia de um lugar específico para negociar não é suficiente. Desta maneira, para restringir este conceito, utilizaremos a concepção de Braudel (1995) de que “[...] o mercado é o que dá vida à economia. [...]” (p. 56), e no caso do Rio de Janeiro, este conceito se adapta muito bem, pois com a chegada da família Real, e conseqüentemente a permanência de riquezas na cidade, ocorreu a dinamização da economia local, instigando ainda mais as negociações entre agentes particulares.

O que percebemos na análise da documentação é que nem todas as mulheres seguiam aos padrões estabelecidos pela sociedade. Algumas delas conseguiram ou foram impelidas pela necessidade a romperem essas barreiras sociais, ampliando seu espaço de socialização, inserindo-se em negociações, empréstimos e dívidas. Isso pode ser exemplificado com os casos de Berarda Vitória da Horta Pereira e Eugenia Thereza Figueiredo Barbosa Ribeiro [Sine] que apareceram nas negociações verificadas nos documentos.

Dentre as escrituras analisadas identificamos que Berarda Vitória estabeleceu quatro negociações de venda de terras, sendo em todas elas a outorgante<sup>9</sup>. A mesma, no início das

---

<sup>9</sup> Primeiro Ofício de Notas (PON), Escrituras de venda, 03/10/1816, livro 215, p. 29; 09/12/1816, livro 215, p. 111v; 14/08/1817, livro 216, p. 104v; 23/12/1817, livro 217, p. 58v; sob a guarda do AN

escrituras, na apresentação de sua pessoa, mencionada pelo escrivão, declarava-se que vivia solteira, sendo maior de 50 anos. Isso nos leva a pensar que ela era uma mulher que se envolvia em negócios abrangendo crédito, apesar de não sabermos em que momento ela teria ficado órfã. Para a partir disso afirmarmos em que momento ela passou a possuir o comando dos bens da família, se antes ou após o falecimento de seu pai.

Além disso, pelos valores traçados nas escrituras pudemos apreender que esta mulher era dona de um vasto patrimônio e de prestígio, pois os valores negociados variavam entre quinhentos mil réis a dois contos e seiscentos mil réis. Na escritura que constituiu com Joaquim Jose da Silva<sup>10</sup> em 9 de dezembro de 1816, ajudante, não possuímos maiores informações sobre ele: mencionava-se que as terras que estavam sendo vendidas eram provenientes da herança que os pais de Berarda deixaram para ela. Ou seja, esta mulher pertencia a uma família de algum poder aquisitivo, tendo em vista que esta não foi a primeira propriedade vendida por ela, já que em 3 de outubro de 1816, Berarda vendeu um terreno pelo valor de um conto e quatrocentos mil réis. Não obstante, nessa mesma negociação com Joaquim, Berarda afirma que o devedor quitou o valor total da venda, preço este não mencionado, ficando somente obrigado a pagar foro anual ao Senado da Comarca. Isso significa que era provável que ela também cumprisse os impostos da época.

Dessa maneira, podemos entrever pela descrição contida nas escrituras que Berarda era uma senhora solteira e de uma família detentora de bens de valores expressivos, já que esta apareceu em parte das negociações na condição de vendedora de propriedades de valores elevados. E ela não foi a única a não seguir o ideário de mulher imposto pela sociedade e a adentrar em espaços até então tidos como essencialmente masculinos.

Eugenia Thereza, viúva do coronel Andre Alí Pereira Viana Ribeiro [Sirne], estabeleceu três negociações, sendo duas de dívida e uma de venda<sup>11</sup>. Nas negociações de dívida ela apareceu na condição de devedora de altos valores, três contos de réis e cinco mil cruzados, e na de venda, por sua vez, Eugenia vinha como vendedora de uma morada de casas no valor de quatro contos e oitocentos mil réis. Sendo assim, podemos dizer que ela era uma mulher de posses e que possuía laços bem estabelecidos, principalmente pela posição do falecido marido, conseguindo angariar empréstimos de quantias elevadas. Além disso, na escritura de venda que firmou com Joze Pinto de Miranda Coutinho, que vive de negócios, a credora vendeu uma morada de casa proveniente do falecimento de seu marido, pela quantia de quatro

---

<sup>10</sup> PON, Escritura de venda, 09/12/1816, livro 215, p. 111v, sob a guarda do AN.

<sup>11</sup> PON, Escritura de hipoteca de bens, 27/11/1804, livro 192, p. 19v; Escritura de dívida e obrigação, 22/04/1805, livro 193, p. 106v; Escritura de venda, 06/10/1817, livro 216, p. 183v, todos sob a guarda do AN;

contos e oitocentos mil réis. Recebeu no ato pelo devedor a quantia de dois contos de duzentos mil réis em moeda corrente e uma Letra de quantia de dois contos e seiscentos mil réis. Dessa maneira, podemos dizer com base nos altos valores negociados que Eugenia também era uma mulher pertencente a uma família de prestígio, na falta de seu esposo, a mesma passou a ter o domínio dos negócios de sua família. Não sabemos se mesmo antes do falecimento dele ela já possuía certa margem para participar dos negócios de seu lar, mas o que podemos afirmar é que ela desde o fato passou a domar e a liderar os negócios de sua ascendência.

Eni de Mesquita Samara (1989) já nos chamara a atenção para as mulheres que viviam sós. “Os dados estatísticos contidos no censo de 1836 revelam, também uma grande incidência de mulheres como cabeças de família. Dentre o total de fogos, 930 (63,2%) chefes eram do sexo masculino e 542 (36,8%) do feminino [...]” (p. 10). Esses dados nos mostram que a tendência de as mulheres comandarem seu lar só cresceu com decorrer dos anos.

Isso significa que,

[...] A frequência do celibato, das uniões ilegítimas e a interferência do sexo feminino em assuntos aparentemente relegados ao sexo oposto revelaram uma nova dimensão para o problema, especialmente no que tange ao mito da castidade e a submissão da mulher à autoridade do marido. O fato de encontrarmos, nos testamentos, testemunhos de que eram aceitos para o casamento de mulheres com filhos naturais, altera também o perfil traçado pela historiografia. Do mesmo modo, as queixas das esposas, levantadas a partir dos Processos de Divorcio, revelaram as aspirações do sexo feminino quanto ao casamento e à vida conjugal, apontando que nem sempre o comportamento das esposas se amoldava aos padrões aceitos, já que estas encontravam maneiras de burlar o controle a que estavam submetidas. (SAMARA, 1989, p. 113)

As causas que levaram muitas mulheres a chefiarem sozinhas suas famílias não se restringiam apenas a ausência de figuras masculinas, como afirmou Maria Odila Dias da Silva (1984). Existiam outros motivos que também levavam muitas mulheres ao controle de seus lares, principalmente entre as pobres. Entretanto, Odila afirma que é impossível listar todas as causas entre as mais desprovidas de recursos, diferentemente das mais ricas que passavam a chefiar os negócios da família geralmente após o falecimento do “cabeça” do lar.

Torna-se impossível fixar causalidades (para o fenômeno de mulheres solteiras, chefes de família) precisas num processo ampla e abarcante de todo um meio social complexo em mudança [...] Entretanto, normas e valores ideológicos relativos ao casamento e à organização da família nos meios senhoriais não se estendiam aos meios pobres de homens livres sem

propriedades a transmitir. Moças pobres sem dotes permaneciam solteiras ou tendiam a constituir uniões consensuais sucessivas. (DIAS, 1984, p. 20 e 22 apud ESTEVES, 1989, p.125)

Desde os tempos coloniais, “[...] viúvas ou de marido ausente, exerciam um papel importante de coesão e harmonização dentro dos clãs, o que pode também ser resgatado desde o século XVI [...]” (SAMARA, 2012, p.8). Eni Samara (2012) apresenta diversos casos de mulheres que chefiavam seus lares sozinhas, entre eles temos o de “[...] Joana do Campo Verde era uma mulher de posses, dona de muitas terras, e que ficando viúva buscou conduzir os negócios e a família, punindo netos desobedientes [...]” (p. 7). Assim, é perceptível que muitas mulheres procuraram e encontraram brechas nessa sociedade, apresentando outro estilo de vida, diferente dos modelos colocados pela coletividade.

De modo geral,

Histórias de viúvas ricas e poderosas, ou mesmo de outras que tiveram que comprovar em juízo que "honravam a memória dos seus maridos" para conseguir a tutela dos filhos se entrecruzam com outras histórias de mulheres comuns, que abandonadas a própria sorte chefiavam famílias e criaram os filhos com o seu próprio trabalho. (SAMARA, 2012, p. 22)

As casadas também estavam integradas ao mercado de crédito, só que com margens menores de escolha, pois estas dependiam da aprovação dos esposos. Dentre as sete escrituras em que as casadas apareceram sozinhas, em uma delas fica bem claro que o marido autorizava-a a efetuar a comprar. E esse foi o caso de Maria Roza de Faria.

Maria Roza, casada com Francisco Joze de Oliveira Bastos, comprou uma casa de Manoel da Motta Santos e sua mulher Rita Maria da Conceição, em 16 de fevereiro de 1814. Na escritura consta que o esposo autorizava a compra e que da dívida era preciso abater a quantia de cento e noventa e cinco mil e oito centos e sessenta réis, isso porque os credores, Manoel e Rita, deviam a Francisco. Dessa forma, a compra liquidou a dívida feita em 16 de janeiro de 1813. No entanto, além desse valor, os compradores pagaram no ato da escritura o preço de quatro mil e cento e quarenta réis. O resto no valor de quatrocentos mil réis da dívida deveria ser quitado no espaço de seis meses<sup>12</sup>.

Todavia, nem sempre a autorização ou a presença do marido era necessária. Francisca Angelica, viúva casada com Joze Antonio Nunes, ao realizar negociação com Luiz Machado, em 31 de agosto de 1812, que vivia do ofício de carpinteiro, não se apresentava no momento com seu marido, ou seja, pelo que consta na escritura ela estava no cartório firmando acordo

<sup>12</sup> PON, Escritura de venda, 16/02/1814, livro 209, p. 183v, sob a guarda do AN.

na ausência dele. No teor da escritura, o Sr. Luis Machado dizia ser devedor da quantia de setecentos e sete mil e oitocentos réis, pegando emprestado com a credora diversas vezes a quantia de quinhentos e oitenta e quatro mil e seiscentos réis, dinheiro proveniente da venda de um botequim ao devedor. O mesmo se obrigava a pagar quando pudesse, hipotecando uma morada de casas para assegurar a responsabilidade registrada no cartório. Caso não fosse pago, o mesmo alegava que iria alugar para a credora a dita casa, sendo os alugueis para pagar a dita dívida. Isso nos mostra que a figura masculina era de suma importância para se estabelecer um negócio, mas que a sua falta não impedia que acordos fossem travados<sup>13</sup>.

Desse modo, percebemos que apesar das características gerais de uma sociedade aos moldes do patriarcado denotar relações fechadas, que não permitissem escapes a outros modos vida, os indivíduos agiam conforme suas condições e convicções disponibilizados pelo meio em que viviam.

---

<sup>13</sup> PON, Escritura de dívida, 31/08/1812, livro 206, p. 105, sob a guarda do AN.

### CAPÍTULO 3

#### PEDIR E CONCEDER: OS PAPÉIS FEMININOS NAS NEGOCIAÇÕES

De modo geral, podemos dizer que os pesquisadores da História econômica não tinham como preocupação as questões de gênero. Alguns estudos clássicos que se preocuparam com o entendimento da economia colonial brasileira privilegiavam interpretações que valorizavam as relações de dependência e os objetivos da economia colonial voltados exclusivamente para atender ao acúmulo de capital da burguesia europeia<sup>14</sup>. Dessa forma, eles apontavam para uma lógica da colônia tendo apenas a funcionalidade de atender as necessidades de Portugal. Por esse viés, o Brasil enquanto colônia visava atender um mercado externo específico, no caso a metrópole portuguesa, fornecendo basicamente produtos que abrangiam três gêneros: extrativismo, mineração e agricultura.

Caio Prado (1977) sugere que para entender o processo pelo qual passou o Brasil colonial é necessário ver os momentos do processo histórico como partes de um todo, ou seja, devem-se abandonar os fatos isolados para uma percepção mais ampla, não desprezando os fatos por completo, mas, antes, vendo-os no conjunto que os constitui. Sendo assim, a colonização portuguesa seria uma parte do todo, não um fato isolado empreendido por uma nação aventureira, ou seja, apresenta uma ordem de acontecimentos independentes das outras partes, mas que juntos configuram a conjuntura da época.

No entanto, entre 1970 e 1980, novos enfoques concernentes a historiografia econômica surgiram. Jacob Gorender e Ciro Flamarion Cardoso, de modo geral, apontam a existência de um modo de produção característico às estruturas econômico-sociais coloniais, como, por exemplo, o Brasil. (MOTTA, 2009) Para eles, ao analisá-las, deve-se partir das estruturas internas para as externas, a fim de fugir do ângulo que prima apenas para as colônias como meros apêndices dos países europeus.

(...) só adquirem sentido se são abordadas como parte de um conjunto mais vasto, posto que surgem (...). Por outro lado, a empresa colonial faz aparecer sociedades com estruturas internas que possuem uma lógica que não se reduz à sua vinculação externa (...) (...) desta forma, defini-las como anexo ou parte integrante de um conjunto mais vasto é um momento central da análise, mas não o bastante. (CARDOSO e BRIGNOLI, 1983 apud CARDOSO, 1988, p. 21).

---

<sup>14</sup> Entre eles estão Caio Prado Junior (1977) e Fernando Novais (1983).



Como podemos perceber, esses trabalhos ampliaram e criticaram a visão de outrora, contemplando o mercado interno, pois as transações comerciais ocorridas na América portuguesa não eram circunscritas aos negócios com a metrópole. “[...] A sustentação das flutuações colônias não se deve, contudo, apenas às exportações. Desde o final do século XVIII até pelo menos 1825, no Rio de Janeiro, os preços dos alimentos ligados à dieta das classes populares e dos escravos apresentam uma taxa média de crescimento anual superior à do açúcar branco exportado.” (CARDOSO, 1988, p. 25-26)

Desse modo, é indiscutível que as diretrizes fundamentais da atual historiografia econômica do Brasil foram lançadas por Prado e outros intelectuais que comungam a mesma ideia, definindo bem as pressões externas e o quadro internacional de que provêm as grandes forças de transformação. No entanto, como Maria Odila (1972) constatou, em que medida a influência externa refletiu no contexto interno ao Brasil, não foi alvo de discussão por parte desses autores.

João Fragoso e Manolo Florentino (2001) em uma de suas pesquisas mostram as diferenças nas formas de colonização impetradas pela Inglaterra e por Portugal. Diferentemente da Inglaterra que desejava transformar suas colônias num espelho da sociedade inglesa, Portugal almejava nada mais que conservar a velha ordem metropolitana por meio da instalação de estruturas hierarquizantes fechadas que não permitissem o surgimento de novos segmentos sociais, pelo menos era isso o que desejavam que acontecesse. No entanto, o que Portugal não previa se concretizou. Grupos que não necessitavam de recursos se fortaleceram na colônia. Desta forma,

Começamos a responder a tal indagação quando constatamos que essa mesma estrutura ensejava o aparecimento de uma diferenciação excludente que, ao perpetuar-se no tempo, assumia características estruturais. De fato, os estabelecimentos rurais, ao não demandarem altos investimentos iniciais, podiam ver-se expropriados de parcela expressiva de seu excedente pelo capital mercantil e usuário, sem que disso derivasse o seu desaparecimento. Estava dada, desse modo, a precondição para, sem maiores riscos, configurar-se uma hierarquia econômico-social cuja base se identificava com os agentes ligados à terra, e o topo com aqueles vinculados às atividades mercantis e prestamistas. (FRAGOSO e FLORENTINO, 2001, p. 226)

Além disso, ampliando a discussão em nível de cenário internacional, podemos dizer concomitante à estruturação das relações capitalistas de produção foi se consolidando na Europa um novo modo de conceber o mundo do trabalho, a partir do século XVIII. As mudanças na forma de produção levaram ao trabalho individualizado e a noção de tempo assumiu outra conotação, passando a ser algo precioso ao mesmo tempo em que era um modo

de controle do mundo da fábrica sobre o cotidiano dos trabalhadores. (Cf. MARTINS, 2008) Assim, a sociedade que antes era dividida entre clero, nobreza e terceiro estado, dá vez ao surgimento de uma nova categoria, a burguesia. Todavia, essa mentalidade burguesa ainda não era uma realidade brasileira por tratar-se de uma sociedade essencialmente escravista.

As bases das relações comerciais no Brasil nesse período não se pautavam nas concepções de capital e trabalho, como estava ocorrendo em vários países europeus, mas, pelo contrário, na ideia de posse do *homem sobre o homem*<sup>15</sup>, sobre a terra e por ser detentor de um ofício.

[...] A forma de produção e a de apropriação do subtrabalho aqui consideradas pressupõem a existência de uma sociedade hierarquizada, onde as diferenças entre os grupos sociais passam também por distinções jurídicas e políticas; ou, mais precisamente, tal estratificação tem por base relações de propriedade do **homem sobre o homem**. A percepção dessa sociedade zelosa por sua estratificação se manifesta pelas próprias distinções sociopolíticas existentes entre os homens livres, ou seja, nem todos, na prática, tinham os mesmos direitos. Poucos eram os que tinham acesso ao prestígio social decorrente dos foros de fidalguia (ordens militares), dos altos escalões das irmandades religiosas, das posições de mando nas milícias, na verdade, poucos eram os que podiam, de fato, exercer cargos políticos (a exemplo das Câmaras de vereadores) [...] (FRAGOSO, 1992, p. 30-31, **grifo nosso**)

Além dessa segmentação, o estatuto da “pureza de sangue”, vigente em Portugal e adotado no Brasil Colônia, restringia o acesso aos cargos eclesiásticos, públicos e aos títulos honoríficos aos cristãos-velhos, ou seja, famílias de católicos há mais de quatro gerações. Tal impedimento tem suas origens nas Ordenações Afonsinas, que ampliavam essa dificuldade aos judeus e mouros<sup>16</sup>, além das Ordenações Manuelinas e Filipinas, que estendiam essa restrição aos indígenas, ciganos, negros e mulatos (Cf. MATTOS, 2008).

No entanto, entre fins do século XVIII e início do século XIX, alguns aspectos da mentalidade burguesa começam a ganhar espaço na América Portuguesa, de modo que esta não teria liquidado com a estrutura até então vigente, mas, pelo contrário, conviviam harmonicamente com a estrutura socioeconômica até então dominantes.

Dessa maneira, como se acertava a atuação das mulheres nesse mercado interno? Como se processava o relacionamento entre homens e mulheres na hora de pedir e conceder empréstimos? Como vimos, estes tipos de perguntas não estavam em pauta para os

---

<sup>15</sup> Essa expressão, utilizada por Fragoso, como consta na citação a seguir, quer dizer ser dono de escravos.

<sup>16</sup> Habitantes da Mauritània, noroeste da África. Dicionário Aurélio.

historiadores. Somente nas últimas décadas estas novas preocupações ganharam terreno nas linhas de estudos dos pesquisadores da História Econômica.

Entre os historiadores que apresentam essa nova abordagem está Débora C. de Gonzaga Camilo, como mencionamos no capítulo anterior. Ao analisar o testamento da preta forra Thereza Ferreira Souto, a pesquisadora avaliou a participação dos agentes mercantis negros na região das Minas no período setecentista.

A presença de africanas e crioulas no comércio das vilas mineiras era vista com desconfiança pelas autoridades coloniais. Vendeiras e negras de tabuleiros eram acusadas de prostituição, abastecimento de quilombos de desviar o ouro das lavras auríferas. O temor de que revoltas fossem fomentadas por meio das associações entre os negros ou pelo fornecimento de pólvora e alimento a quilombolas era constante por parte dos governos locais de Ouro Preto e Mariana. (CAMILO, 2009, p. 1)

Esses aspectos de transgressão e ilegalidade foram os mais evidenciados pela historiografia. No entanto, Camilo mostra através desse estudo de caso um papel ativo e consciente desses sujeitos no mercado local, pois ao prenderem sua escrava, Antonia Luiza, preta forra, reivindica a soltura desta que foi presa por vender alimentos supostamente à negros. Por meio da comerciante Luiza, uma escrava sua e outras foram libertas por serem consideradas rústicas e assim não saberiam da proibição desse tipo de venda.

No entanto, Debora Camilo afirma que as vendeiras e negras de tabuleiros eram bastante conscientes da lei, agindo nesse espaço para obter um posicionamento favorável frente à justiça. Todavia, é necessário relativizar essa noção generalizante entorno da conscientização da lei, pois acreditamos que nem todas elas tinham plena ciência do que determinava as normas que estavam envoltas desses negócios.

Além dessa autora, Sheila Faria (2000) é outra historiadora que com base em sua pesquisa sobre mulheres forras em São João Del Rey, Minas Gerais, conseguiu desmistificar o estigma social de pobreza atribuída a elas. Faria afirma que “[...] a pobreza, na sociedade colonial, não pode ser absolutizada” (p. 82), pois,

Amas-de-leite, domésticas, amantes, vendeiras, usurárias, prostitutas, ladras, parteiras, feiticeiras e mais uma variada gama de atividades foram provavelmente desempenhadas pelas mulheres que conseguiram acumular pecúlio ou usaram artimanhas para conseguir sua liberdade. Muitas, não a maioria, tiveram seus nomes inscritos entre os que mais deixaram bens. [...] (p. 91)

Além disso, muitos forros se aproveitavam do status de pobreza que lhes era imputado, a fim de conseguir angariar algum benefício, como foi o caso de “[...] Agostinho da Silva e Tereza da Conceição de Jesus, em 1800, para poderem se casar e não pagar as custas do processo, declaram-se uns pobres pretos que há pouco se libertaram. [...]” (p. 68)

De acordo com a análise das escrituras, constatamos uma diversidade de tipos de ocupação dos indivíduos nessa economia<sup>17</sup>, como demostramos na tabela 3.

**TABELA 3: OCUPAÇÃO DOS AGENTES ENVOLVIDOS NAS NEGOCIAÇÕES ESTABELICDAS PELA PARTICIPAÇÃO FEMININA<sup>18</sup>**

	OCUPAÇÃO	
	Quantidade	Porcentagem
Vivem de negócios ou bens	29	19,46%
Detentores de títulos	23	15,44%
Possuem loja ou fábrica	10	6,71%
Especialistas em algum ofício	10	6,71%
Vivem de lavouras	8	5,37%
Religiosos e integrantes de ordens religiosas	6	4,03%
Detentores de títulos e que possuem negócio	6	4,03%
Mulheres	6	4,03%
Negociantes	5	3,36%
Trabalham na administração real	3	2,01%
Preto liberto	3	2,01%
Criollo forro	1	0,67%
Não mencionados	35	23,49%
Ilegíveis	4	2,68%
<b>TOTAL</b>	<b>149</b>	<b>100%</b>

<sup>17</sup> Não é possível precisar quais dessas categorias eram as mais elevadas e quais eram mais baixas, pois, como no caso dos que vivem de negócios e bens, temos indivíduos de distintos poderes aquisitivos dentro do mesmo grupo.

<sup>18</sup> A análise foi feita apenas das escrituras em que a participação feminina era uma das partes fundamentais, ou seja, aquelas em que elas eram credoras ou devedoras principais.

No trato com a documentação, por ser uma atividade nova para mim, tive que retornar diversas vezes as escrituras para poder chegar a essas categorias, pois um mesmo indivíduo muitas vezes era nomeado por duas funções, como tenente e negociante, por exemplo. Dessa forma, foi difícil chegar a essa divisão, tendo em vista ser complexo enquadrar cada um dos envolvidos em uma única função que, muitas das vezes, para nosso entendimento se apresenta com determinada conotação, mas que para eles poderia possuir outra concepção. Sendo assim, até conseguirmos diferenciar titulações honoríficas, como os de Coronel, com os cargos militares, por exemplo, demandaram muitas idas e vindas as escrituras, sem contar com as inúmeras discussões com o grupo de pesquisa.

Dessa maneira, optamos por seguir o que consta nos documentos, distribuindo as ocupações conforme o que foi declarado pelos partícipes, sem cogitarmos se determinada função fosse titulação ou não, preferimos nomear as duas possíveis ocupações, quando estas aparecem, em vez de dividi-las. Por isso, quando dizemos que um indivíduo possui loja ou fábrica, por não sabemos em que medida eram distintos ou não, mantemos de acordo com o que foi descrito na fonte. O mesmo ocorreu com os detentores de títulos e possuidores de algum negócio. Assim, sem saber em que grau ser Calheiro da Ordem de Christo e Negociante era realmente ocupações, ou se um ou o outro seja um título, elegemos as ocupações conforme sua recorrência.

Apesar dessa emblemática, podemos afirmar que essas mulheres negociavam com uma multiplicidade de grupos sociais, dependendo dos laços estabelecidos por elas ou por sua família, mas precisamente, o esposo ou o pai. E esse foi o caso da viúva Bernarda Gomes de Carvalho<sup>19</sup>.

Bernarda, viúva de José Lopes Correa, adquiriu oito contos de réis em 19 de outubro de 1813 de Antonio Ignacio da Rosa, administrador da real Casa da Pólvora. No ato da negociação a vendedora recebeu apenas a quantia de quatro centos mil réis. Ela ainda continuaria, de acordo com o documento, morando na casa que fica na fazenda, como fez durante anos. Esse direito da vendedora ocorreria até o momento da morte. O restante da dívida deveria ser quitado quando ela concedesse ao comprador a titulação das porções de terras.

Dessa maneira, vemos, pelo que foi descrito, que um alto valor foi estabelecido na negociação entre um administrador real e uma viúva, e pelo que pode ser percebido, Bernarda pertencia a uma família abastada, pois somente assim poderia dar essa margem de crédito.

---

<sup>19</sup> PON, Escritura de venda 19/10/1813, livro 209, p. 29v, sob a guarda do AN.

Além disso, demonstrava ter uma boa reputação e ser uma mulher de prestígio, pois esta permaneceria no imóvel até o momento que o devedor pagasse o total da dívida a ela, ao mesmo tempo, que declarasse quitada. Sendo assim, vemos que ambos demonstravam o desejo em cumprir o acordo mesmo sem instituir um prazo para o pagamento, já que nem todas as negociações declaravam o prazo, pois a palavra no mercado de crédito no início do século XIX era de suma importância. A honra sempre foi e ainda é importante na hora de pedir ou conceder crédito, pois quem empresta espera receber de volta o valor concedido.

Segundo Rita de Cássia Almico (2009), “o crédito inclui duas noções fundamentais: a confiança que se expressa na promessa de pagamento, e o tempo entre a aquisição e a liquidação da dívida.” (p. 78) Isto é, dar crédito significa confiar no outro, acreditar que o mesmo irá cumprir o acordo estabelecido, ainda mais quando se trata da sociedade brasileira na primeira metade do século XIX, que não possuía um corpo de leis que regulamentasse as relações creditícias. O Brasil somente estabelecerá uma legislação para tais práticas em 1850, com a promulgação do Código Comercial brasileiro. Dessa forma, as negociações traçadas no Rio de Janeiro no início dos Oitocentos estão pautadas basicamente na honestidade e na honra do indivíduo, sendo estes valores demonstrados por todos aqueles que almejavam conseguir alguma mercê.

Joana Francisca de Jesus, Preta livre, maior de 25 anos, credora do carpinteiro, Severino Joze da Costa, em 10 de maio de 1805, emprestou trezentos e cinquenta mil réis para a compra de uma casa, mesmo carregando todos os estigmas que a ela estavam imputados, o de preta e solteira, como declarado, ela assumiu uma posição de mando nessa negociação, emprestando a um homem, para a aquisição de uma propriedade<sup>20</sup>.

Desta forma, ao analisar essa sociedade não devemos partir com as concepções que norteiam o mercado de crédito contemporâneo, pois tratamos de um momento em que os valores prezados desde a idade média, trazidas pelos colonizadores e outros viajantes que aqui estiveram, eram uma prática da época. Na Europa medieval, “[...] a falta de pagamento de débitos era vista como um ato imoral, punido publicamente [...]” (MOORE, 1999, p. 17). E a apreensão com a honra faz parte desse processo. No entanto, entre final do século XVIII e início do XIX, inicia-se um processo em que os valores burgueses começam a ganhar espaço em algumas partes do território brasileiro, os principais centros urbanos, sem eliminar os códigos morais vigentes até então. Ou seja, foi um período em que o novo estava crescendo e o velho ainda não tinha morrido.

---

<sup>20</sup> PON, Escritura de dívida e obrigação 10/05/1805, livro 193, p. 128v, sob a guarda do AN.

Sendo assim, a palavra era um fator fundamental para a aquisição de crédito nessa sociedade em que coexistiam aspectos do Antigo Regime com a racionalidade econômica.

Não é de se estranhar que em uma sociedade com economia capitalista ainda em desenvolvimento, os indivíduos atuem de forma efetiva para resolver os problemas que atingem parte da população em suas necessidades variadas e que as levam a procurar o crédito. A quem recorrer num momento de aperto financeiro é uma questão relativamente fácil de resolver, dependendo do nível de informação do indivíduo acerca do mercado de crédito, numa comunidade que tem poucos habitantes e que, como visto em alguns processos, o próprio escrivão declara constantemente serem as partes por ele conhecidos. O que pretendemos aqui é demonstrar que esse mercado de crédito é bem mais complexo e que envolve uma parcela diversificada da população em suas teias.” (ALMICO, 2009, p. 47)

Dessa forma, podemos afirmar que Joana mesmo carregando a imagem de preta e solteira, por ser uma mulher honrada e de bom nome, possuía os requisitos essenciais para travar negociações. Além disso, para Severino e tantos outros devedores, “[...] saber discernir no conjunto do tecido social quais são os agentes que possuem recursos para empréstimos, nas condições por ele aguardadas, e quais aqueles que disponibilizariam seus recursos para satisfação de diversas necessidades é ponto crucial [...]” (p. 69). Isso quer dizer que ele e tantos outros sabiam a quem poderiam recorrer, e as mulheres não estavam fora de suas listas, pois como mostra a tabela 4, com elas era possível contar para diversos tipos de dívidas, principalmente àquelas que demandavam maior montante, os empréstimos em dinheiro e as compras de bens (83, 22% no total).

**TABELA 4: CARACTERÍSTICAS DAS REDES DE CRÉDITO CONSTITUÍDAS PELAS MULHERES<sup>21</sup>**

**(Continua)**

<b>Tipologia das dívidas</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Porcentagem</b>
Empréstimo em dinheiro	63	42,28
Compra de bens	61	40,94
Partilha de herança	5	3,35
Compra de escravos	3	2,01
Arrendamento	2	1,34
Compra de liberdade	1	0,67
Pagamento de trabalho	1	0,67

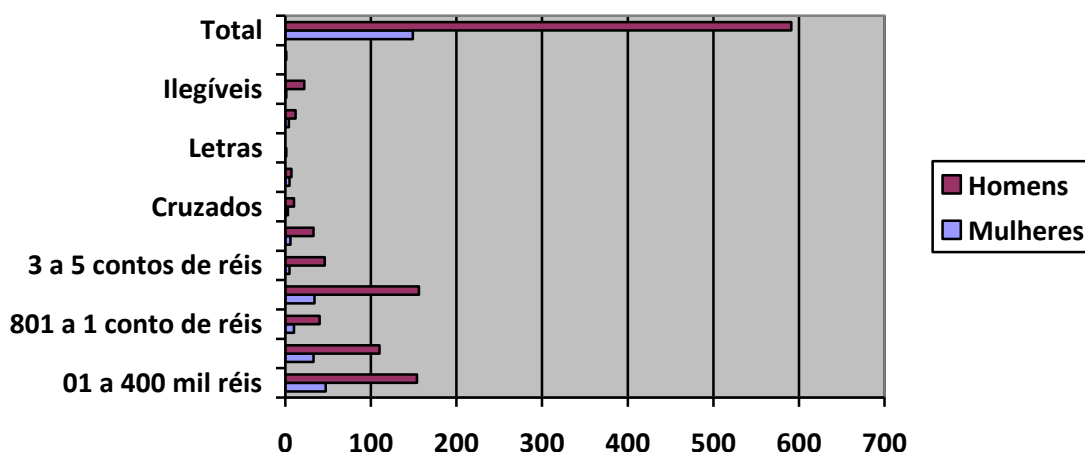
<sup>21</sup> Este valor constitui a soma de todas as escrituras que as mulheres apareceram sozinhas. Assim, estão faltando 6, pois nessas as mulheres aparecem em ambos os lados, ou seja, como credoras e devedoras nas mesmas escrituras.

**TABELA 4: CARACTERÍSTICAS DAS REDES DE CRÉDITO CONSTITUÍDAS PELAS MULHERES<sup>22</sup>**

Tipologia das dívidas	(Conclusão)	
	Quantidade	Porcentagem
Dívida procedida de diversas causas	1	0,67
Não mencionado	11	7,4
Ilegível	1	0,67
<b>TOTAL</b>	<b>149</b>	<b>100%</b>

Além disso, as negociações variavam desde os valores mais baixos até mesmo quantias mais altas. Veja o gráfico 1.

**GRÁFICO 1 – QUANTITATIVO DE VALORES NEGOCIADOS**



Como nas escrituras, foram mencionadas moedas distintas – réis, cruzados e letras –, instituímos essas faixas de quantias conforme a recorrência que esses valores se apresentavam na documentação. Além disso, por não termos a dimensão das diferenças existentes entre elas, em termos de valores, ao catalogarmos essas quantias, escrevemos por extenso e não em sua forma numérica, o que, por um lado, nos limitou a visualizar o montante de crédito em que cada grupo social estava envolvido.

Sendo assim, podemos perceber que essas negociações se subdividiam entre diversos extratos, sendo os de maior volume os negócios de até 400 mil réis. E isso ocorreu tanto entre

<sup>22</sup> Este valor constitui a soma de todas as escrituras que as mulheres apareceram sozinhas. Assim, estão faltando 6, pois nessas as mulheres aparecem em ambos os lados, ou seja, como credoras e devedoras nas mesmas escrituras.



as mulheres como em relação aos homens, pois “[...] conjuntamente com escravos, terras, café, ações, títulos, imóveis, entre outros, foi um dos principais instrumentos de inversão e a demanda por este tipo de crédito pode, assim, ter melhor compreensão a partir das oportunidades de investimento que representou” (ALMICO, 2009, p. 48). Ou seja, o crédito de valores mais baixos possibilitava estabelecer pequenos negócios, sem contar que eram mais acessíveis para serem adquiridos.

Dessa forma,

Como no período aqui analisado a cidade ainda não possuía bancos que visassem atender a demanda por crédito da população de forma geral, esses teriam que ser obtidos de fontes particulares; as pessoas que necessitassem de empréstimos por qualquer motivo, não tendo como serem atendidas por instituições financeiras, recorriam a agentes privados. [...] (ALMICO, 2009, p. 49)

Dentre as 740 negociações analisadas, apenas 6 dizem respeito a irmandades. Sendo assim, se no período colonial as instituições fornecedoras de crédito – as irmandades, corporações de ofício, entre outras - dominaram as relações creditícias, na passagem do XVIII para o século XIX as negociações entre indivíduos se elevaram (SAMPAIO, 2002). Não obstante, o grupo dos homens de negócio que já vinha se desenvolvendo desde a segunda metade do século XVIII, ganha destaque ainda maior com a chegada da família real em 1808.

Dentro desse contexto, frente à necessidade do Príncipe Regente de montar um aparelho estatal de forma que pudesse administrar a colônia, o seletivo grupo homens de negócio passou a ser visto como um dos meios para atingir tal objetivo, já que se tratavam de indivíduos que estavam próximos ao cume da pirâmide hierárquica socioeconômica daquele período. Desta maneira, esses homens nada mais eram do que o “[...] mais importante segmento econômico da cidade, sendo responsáveis pela circulação de mercadorias, integrando a estrutura do comércio atlântico português” (PIÑEIRO, 2011, p. 2).

Nossa contribuição a essa reflexão está em acrescentar a esse grupo as mulheres de negócios: apesar de nem todas terem tido tal participação na economia, algumas movimentaram grandes quantias de dinheiro, como foi o caso de Anna Emerencianna de Jesus<sup>23</sup>, mostrando importante participação nesse circuito de negociações. Anna, viúva de Lourenço Joaquim, pegou dezesseis contos de réis emprestado com o negociante Jose Maxwell, ambos eram moradores da rua de trás do hospício, em várias quantias. Querendo dar uma segurança legal, a devedora fez a escritura e prometeu pagar no prazo de três anos

---

<sup>23</sup> PON, Escritura de dívida e obrigação 12/10/1819, livro 221, p. 101v, sob a guarda do AN.

contados da data desta. Assim, além dos seus bens, para dar maior garantia, hipotecou o [Bergantim Sophia e a Somaca Dianna]<sup>24</sup> junto com os seus pertences. Consta ainda que tanto Anna quanto Jose estavam viajando fora do porto desta cidade, porém o motivo não foi explicitado na escritura.

Podemos dizer então que eram vizinhos, já que moravam na mesma rua, tinham proximidade, pois um alto valor foi negociado, e que estavam, provavelmente, viajando à negócios. Podemos entrever que a quantia acima angariada era justamente para ser negociada, para aumentar ainda mais sua fortuna. Eis um excelente caso para mostrar que mesmo com certas limitações, algumas mulheres conseguiram romper algumas barreiras sociais.

Os vínculos de crédito não se restringiam a questão de gênero e podemos perceber a participação entre parentes de primeiro e segundo grau nessas relações. Este foi o caso de Gertrudes Maria filha de Manoel Pinto Delgado, viúva do Tenente João Antonio Gomes, que no dia 2 de agosto de 1804, entrou com o pedido de registro de escritura de dívida e obrigação a fim de se constituir formalmente devedora de seu pai da quantia de duzentos e trinta e seis mil e oitocentos réis.<sup>25</sup> E o de Antonio do Couto da Fonseca que devido a venda de escravos feitas às suas sobrinhas Antonia Roza do Nascimento e Feliciano Angelica do Espirito Santo em 10 de setembro de 1791, quando estas ainda eram menores de idade, pediu o registro de quitação da referida venda em 8 de maio de 1804, e mais interessante ainda, ficou registrado na escritura que as devedoras no momento da lavratura da escritura de quitação, estavam casadas com os Alferes João freire Alamo e Joaquim [Alvz.] da Silva<sup>26</sup>.

Como constatou Rita Almico, ocorriam casos de execução de dívida entre parentes de primeiro e segundo grau, e até de compadres, sem que as relações familiares impedissem que a cobrança por meio judicial ocorresse.

Não estamos tratando as dívidas exclusivamente como forma de investimento, ou de teor unicamente econômico. Entendemos que, inclusive, podem existir em nosso universo dívidas que foram concedidas pelos laços de proximidade que unia credor e devedor. A diferença ao estudar o crédito com base na documentação de litígio que estamos utilizando é justamente entender os limites impostos pela legislação que amparava o credor. Se a proximidade entre as partes facilitava a efetivação do empréstimo, esta nem sempre impedia as vias judiciais na hora da cobrança. [...] (ALMICO, 2009, p. 53 e 54).

---

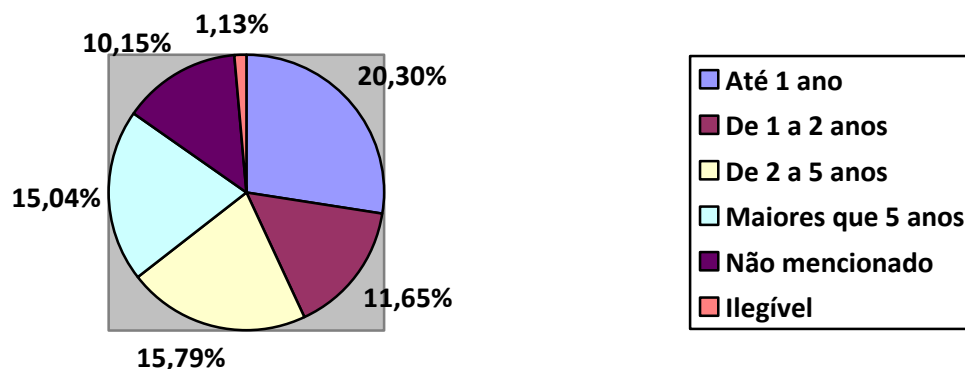
<sup>24</sup> Não foi possível identificar se esses nomes seria os nomes das propriedades ou os nomes das futuras herdeiras dos bens.

<sup>25</sup> PON, Escritura de dívida e obrigação de 02/04/1804, livro, 191, p. 140v, sob a guarda do AN.

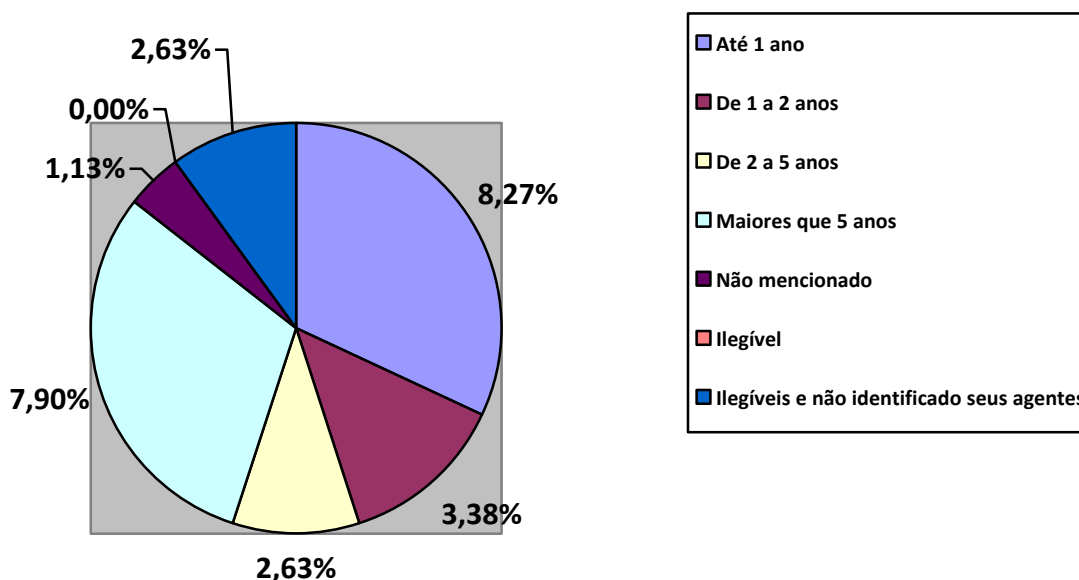
<sup>26</sup> PON, Escritura de quitação de venda de 08/05/1804, livro 191, p. 28, sob a guarda do AN.

A confiança de que o outro iria cumprir sua promessa se constituía em elemento de suma importância para a sociedade fluminense, pois apesar de serem estabelecidos prazos para o cumprimento do acordo, boa parte das dívidas arroladas passavam da faixa de 5 anos, como mostram os dados dos gráficos 2 e 3.

**GRÁFICO 2: CONDIÇÕES DOS NEGÓCIOS FEITOS PELOS HOMENS<sup>27</sup>**



**GRÁFICO 3: CONDIÇÕES DOS NEGÓCIOS FEITOS PELAS MULHERES**



Essas faixas temporais foram escolhidas por reportarem a noção de dívidas de curto, médio e longo prazo. Ou seja, ao elencarmos os períodos de até 1 ano e de 1 a 2 anos, de 2 a 5 anos e, por fim, maiores de 5 anos, desejávamos verificar os negócios estabelecidos desde os

<sup>27</sup> Os prazos a que se referem os gráficos 2 e 3 dizem respeito somente as escrituras de quitação.

menores períodos até os mais elevados, para que assim pudéssemos analisar melhor em que dimensão os valores de honra e moral estavam presentes nessas negociações.

Dessa forma, em ambos os gráficos, podemos notar que os quantitativos de créditos com prazo de até 1 e mais de 5 anos são bem próximo. Das 197 e 69 escrituras, mesmo com uma quantidade maior em favor das dívidas de menor prazo, 20,30% e 8,27% delas, respectivamente, temos 15,04% e 7,9% de dívidas com prazo de negociação previsto ou efetivado maior de 5 anos, tendo como base que tanto nas transações feitas por homens ou mulheres se fragmentaram quase que em porções iguais entre os prazos subdivididos, mostra que recorrer ao judiciário não quer dizer que um não confie no outro, mas que seja uma forma de mostrar para todos o seu bom nome.

Claúdia Coimbra diz que “[...] existiam ainda cobranças judiciais nas quais a comprovação da dívida não era um pré-requisito para a sua cobrança, a garantia material não era necessariamente explicitada, e a comprovação por testemunhas não era condição para a efetivação do contrato e nem para a cobrança judicial [...]” (SANTO, 2011, p. 3).

Sendo assim, a contraposição entre o homem como superior e a mulher como inferior não restringe a participação feminina no mercado de crédito e nem inibe as negociações entre a figura masculina e feminina. Adriana Alves (2010), por exemplo, ao apresentar o caso da escrava Luzia de nação jeje que constituiu família não sacramentada pela igreja e nem pelas vias legais com o branco, Capitão Manoel de Oliveira Barrozo, mostra que os simbolismos referentes às mulheres de “cor” como sexualmente irresistíveis se por um lado às deixavam vulneráveis<sup>28</sup>, por outro, permitiram sua ascensão econômica, pois foram elas as que mais ganharam a liberdade constituindo com seus senhores relações legítimas ou em concubinato.

De acordo com Sheila Faria (2000, p. 71), “uma das poucas unanimidades entre os historiadores é a de ter sido a mulher privilegiada no acesso à manumissão, apesar de bem menos numerosa na população escrava.” Há um interessante debate em torno da questão de como as mulheres conseguiriam a sua liberdade, mas que não cabe discorrer aqui. O que pretendemos demonstrar é que ser mulher no período colonial brasileiro em uma sociedade baseada por preceitos do patriarcalismo não inibiu a participação feminina nas negociações e nem o intercâmbio de crédito entre homens e mulheres.

---

<sup>28</sup> Segundo Adriana Alves (2010), muitas dessas mulheres foram utilizadas em serviços de prostituição por seus senhores.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nestes quase dois anos de pesquisa, o ofício de historiador se tornou uma realidade para mim. Adentrar em um recinto repleto de pesquisadores, com o mesmo intuito que o meu, o de escrever uma história, constituiu-se uma experiência inovadora e um tanto apavorante, pois logo de início diversos desafios se apresentaram. Entre eles estavam as questões que envolvem a elaboração de um pré-projeto de monografia, sendo, principalmente, os mais complexos a delimitação da questão problema, a estipulação dos recortes espacial e temporal e a formulação de uma hipótese.

Além disso, ter contato com documentos produzidos à 213 anos atrás já nos remete as imensas barreiras pelos quais passei. Analisar fontes com uma escrita arcaica, de difícil compreensão, principalmente, por ser minha primeira experiência com fontes primárias, sem contar com o estado de quase deterioração que elas se encontravam, com imensos borrões, ou páginas rasgadas, foram empecilhos vencidos. Sem deixar de mencionar que a instituição sob sua guarda, embora tenha tentado a preservação desses documentos, digitalizando boa parte das escrituras, não conseguiu reter os efeitos do tempo. Fungos fizeram com parte dos livros fosse interdita, provocando lapsos de tempo na pesquisa, sem mencionar aqueles livros não localizados ou perdidos.

Dessa forma, em meio a minha inexperiência, definir na tabela os campos importantes que permeavam as escrituras, fez-me ler e reler os mesmo livros de notas diversas vezes. Para determinar que a data de início da dívida e de sua quitação eram importantes para se registrar, ou criar um espaço para catalogar quem foram os outorgantes das negociações, por exemplo, só se constituíram importantes para mim, depois de diversos questionamentos terem vindo em minhas reflexões. Sem contar com debates calorosos feitos no grupo de pesquisa, do qual fiz parte, ajudando-me a pensar em aspectos que tinham passado despercebidos por mim, como a questão de gênero.

Embora pareça ser um tanto prematuro afirmar que a noção de gênero era uma referência no momento de aquisição ou de concessão de crédito, por trabalhar apenas com um tipo de documento, os livros de notas, este trabalho constitui um primeiro passo para que pesquisas mais consistentes sobre o assunto sejam realizadas futuramente.

De modo geral podemos destacar que desde o início da História enquanto campo de pesquisa, as análises sobre a presença feminina sempre as circunscreveu ao espaço interior a suas residências, como se todas elas fossem iguais tanto em pensamentos como nas formas de

se viver. No entanto, novos trabalhos tem surgindo para desmistificar essa noção generalizante de mulher e mostrar as suas disparidades.

Essas disparidades, como vimos, deviam-se ao grupo social a que pertenciam, as condições de vida que possuíam, e ao seu círculo de relações estabelecidas. Assim, algumas mulheres pertencentes a famílias de poder aquisitivo elevado, tinham além de mais possibilidades de na ausência de uma figura masculina assumir a chefia de sua prole, como ser reconhecida pelo meio como uma mulher de negócio. Já uma parte das mais pobres, apesar de possuírem maiores chances de liderarem seus lares mesmo tendo um homem na família, seus espaços de sociabilidades eram menores.

Dessa forma, os motivos que levaram muitas donas a comandarem seus lares não se restringe a ausência de uma personalidade masculina, sendo impossível lista-las, devido a complexidade do meio em que viviam. Todavia, os valores e ideias que regiam essa sociedade, como o de pureza antes do casamento e o cuidado com os afazeres domésticos, eram o que permitia as formas de organização familiares. É claro que essas normas repercutiam de diversas formas entre os mais variados grupos sociais.

Viúvas pertencentes a famílias de prestígio nessa sociedade assumiam o lugar de cabeça do lar, após o falecimento de seus esposos. No entanto, pela existência de solteironas com mais de 30 anos da alta sociedade, podemos perceber que mesmo dentro de praticamente o mesmo grupo, esses valores eram demonstrados, mas nem sempre seguidos à risca. Com as mais pobres, ocorria basicamente o mesmo, pois até com os estigmas que lhes eram dirimidos, o de solteira e pobre, por exemplo, algumas assumiam posição de direção nas negociações.

Como dizia Gilberto Freyre “a história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo” (FREYRE, 2003, p. 44) Em outras palavras, ele queria dizer que a escravidão e a dominação da figura masculina como viril, submetendo várias mulheres sexualmente constitui as representações do poder patriarcal.

Dessa forma, podemos constatar que nessa sociedade aos moldes do patriarcado, ser homem ou mulher interferiam nas transações de crédito, mas não impedia que indivíduos de gênero, cor e grupo social distintos negociassem. Sejam elas de proles mais abastadas ou não, de cor, era importante que estas demonstrassem os valores prezados por toda a sociedade para poderem negociar, mas nem sempre a quebra de um dos requisitos era um impedimento, dependia das redes que se estabeleciam.

## FONTES

- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 188, Notação: 001.4.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 189, Notação: 001.4.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 190, Notação: 001.4.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 191, Notações: 001.4.70 e 001.05.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 192, Notação: 001.5.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 193, Notação: 001.5.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 194, Notação: 001.5.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 195, Notação: 001.5.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 196, Notação: 001.5.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 197, Notação: 001.5.70 e 001.7.70.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 206, Notação: 031.2.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 207, Notação: 031.2.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 208, Notação: 031.2.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 209, Notação: 031.3.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 210, Notação: 031.3.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 211, Notação: 031.3.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 215, Notação: 031.5.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 216, Notação: 031.5.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 217, Notação: 031.5.79.
- AN, Primeiro Ofício de Notas, livro 221, Notação: 031.7.79.

## BIBLIOGRAFIA

- ALMICO, Rita de Cássia. *Dívida e Obrigação: as relações de crédito em Minas Gerais, séculos XIX/XX*. Tese (Doutorado) Programa de Pós-graduação em História Social, Niterói, UFF, 2009.

ALVES, Adriana Dantas Reis. *As mulheres negras por cima. O caso de Luzia jeje. Escravidão e mobilidade social – Bahia. c. 1780-c. 1830*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História, UFF, Niterói, 2010.

AUGUSTO, Carla. Por outras histórias: apontamentos sobre a natureza da História das Mulheres. *Máthesis* n° 10, 2001, p. 191-214.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORI (org). *História das mulheres no Brasil*. 9ed. São Paulo: Contexto, 2010, p. 45-77.

BARROS, José D'Assunção. *O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOHLER, Danielle Régnier. Vozes literárias, vozes místicas. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 517-591.

BOHRER, Saulo. Negócios e Negociantes do Rio de Janeiro na época da Independência. In: CORRÊA, Maria Letícia; PINÊIRO, Théo Lobarinhas; MENDONÇA, Sonia Regina de. (Org.). *IV Simpósio Nacional Estado e Poder: Hegemonia*. Niterói: UFF, 2008.

BRAUDEL, Fernand. A Moeda. In: *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII. As estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

CAMILO, Débora C. de Gonzaga. Vendendo Secos e Molhados: Estudos de Caso de Uma Comerciante Negra do Setecentos Mineiro. *Temporalidade – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em História da UFMG*, vol. I, n° 1, março 2009.

CARDOSO, Ciro Flamarion (org) et al. Novas Perspectivas acerca da escravidão no Brasil. In: Ciro Flamarion Santana Cardoso. (Org.). *Escravidão e Abolição no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988, p. 15-72.

CARVALHO, Marcus J. M. de. De portas adentro e portas afora: trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850. *Afro-ÁSIA*, 29/30 (2003), p. 41-78.

CASAGRANDE, Carla. A mulher sob custódia. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 99-141.

CHAVES, Cláudia Maria das Graças. (2009). Arte dos negócios: saberes, práticas e costumes mercantis no Império Luso-brasileiro. URL [On line]: <http://www.ppge.ufrgs.br/anpeccsul2010/artigos/17.pdf> Acessado em: 31/03/2012.

COLLING, Ana Maria. Gênero e História. Um diálogo possível? *Contexto e Educação – Editora ENIJUÍ – Ano 19 – n° 71/72 – Jan/ Dez. 2004*, p. 29-43.



COSTA, Suely Gomes. Sociabilidades políticas e relações de gênero: ritos domésticos e religiosos no Rio de Janeiro do século XIX. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 39-57, 2007.

DALARUN, Jacques. Olhares de Clérigos. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 29-63.

DEL PRIORI, Mary. *História do amor no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006.

DIAS, Maria Odila Silva. A interiorização da metrópole (1808-1853) In: MOTTA, Carlos Guilherme (Org.). *1822: Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

DUBY, Georges. O modelo cortês. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 331-351.

ESTEVES, Martha de Abreu. *Meninas Perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FARIA, Sheila de Castro. Mulheres forras – Riqueza e estigma social. *Tempo*, Rio de Janeiro, n° 9, p. 65-92, 2000.

FERNANDES, Raúl Cesar Gouveia. Amor e Cortesia na Literatura Medieval. *Notandum* (USP). FE – USP – São Paulo, v. 7, p. 63-68, 2000.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *MiniAurélio século XXI*. 4 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FLEXOR, M. H. M. O. Inventários e testamentos como fontes de pesquisa. In: CASIMIR, Ana Palmira Bittencourt S.; LOMBARDI, José Claudinet; MAGALHÃES, Livia Diana Rocha. (Org.). *A pesquisa e a preservação de arquivos e fontes para a educação, cultura e memória*. 1 ed. Campinas / São Paulo: Alínea, 2009, v. 1, p. 25-35.

FOLLADOR, Kellem Jacobsen. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. *Revista fato 8 versões*, n. 2 v. 1, p. 3-16, 2009.

FRAGOSO, João Luís Ribeiro. Introdução. In: *Homens de Grossa Aventura: Acumulação e Hierarquia na Praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992, p. 15-54.

\_\_\_\_\_ e FLORENTINO, Manolo. *O Arcaísmo como projeto: mercado atlântico, sociedade agrária e elite mercantil em uma economia colonial tardia. Rio de Janeiro, c. 1790 - c.1840*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Rio de Janeiro: Maia & Schmidt, 2003.

FRUGONI, Chiara. A mulher nas imagens, a mulher imaginada. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 461-511.

HOT, Amanda Dutra. *Cartas à Viscondessa: cotidiano e vida familiar no Brasil Império (Ouro Preto, 1850-1902)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, UFOP, Mariana, 2010.

KLAPISCH-ZUBER, Christiane. Introdução In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 9-23.

\_\_\_\_\_. As normas do controlo. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990. p. 24-28.

LECLERQ, Paulette L' Hermite. A ordem feudal (séculos XI-XII). In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 273-329.

LOPES, Cristiane Fernandes. *Quod Deus conjuxit homo non separet: Um estudo de gênero, família e trabalho através das ações de Divórcio e Desquite no Tribunal de Justiça de Campinas. (1890-1938)*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, USP, São Paulo, 2012.

MARTINS, Mônica de Souza N. *Entre a Cruz e o Capital: as corporações de ofícios no Rio de Janeiro após a chegada da família real (1808-1824)*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

MATTOS, Hebe Maria. A escravidão moderna nos quadros do Império português: o Antigo Regime em perspectiva atlântica. In: Fragoso, João; Bicalho, Maria Fernanda; Gouvea, Maria de Fátima (Org.). *O Antigo Regime nos trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 141-162.

MOTTA, José Flávio. Agonia ou Robustez? Reflexões acerca da historiografia econômica brasileira. *R. Econ. PUC-SP*, São Paulo, n.1, p. 117-138, jan-jun/2009.

MOORO, Barrigton. Aspectos morais do crescimento econômico: observações históricas sobre a moralidade dos negócios na Inglaterra. IN: *Aspectos morais do crescimento econômico e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Record, 1999. p. 11-79.

NOVAIS, Fernando A. A crise do antigo sistema colonial. In: *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1983. p. 57-115.

OPITZ, Claudia. O cotidiano da mulher no final da Idade Média (1250-1500). In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 353-435.

PEDRO, Joana Maria. Traduzindo o debate: o uso da categoria de gênero na pesquisa histórica. *História*, São Paulo, v. 24, n° 1, p. 77-98, 2005.

\_\_\_\_\_. Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea. *Topoi*, v. 12, n. 22, p. 270-283, jan.-jun. 2011.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. *Rev. Bras. De Hist.*, S. Paulo, v. 9, n° 18, p. 09-18 – ago. 89/ set. 89.

PEDROSA, Manoela. Passa-se uma engenhoca ou como se faziam transações com terras, engenhos e crédito em mercados locais e imperfeitos (freguesia de Campo Grande, Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX). *VARIA HISTORIA*, Belo Horizonte, vol. 26, n° 43: p.241-266, jan/jun 2010.

PILOSU, Mario. *A mulher, a luxúria e a Igreja na Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. A política dos Negociantes e o Porto do Rio de Janeiro no século XIX. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, julho 2011.

PRADO Jr., Caio. Sentido da Colonização. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 19- 32.

\_\_\_\_\_. Economia. In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 119-129.

\_\_\_\_\_. Organização Social; In: *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1977. p. 269-297.

PRIMO, Bárbara Deslandes. *Aspectos culturais e ascensão econômica de mulheres forras em São João Del Rey: séculos XVIII e XIX*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em História, UFF, Niterói, 2010.

RAGO, Margareth. As mulheres na historiografia brasileira. In: SILVA, Zélia Lopes. (Org.) *Cultura História em Debate*. São Paulo: UNESP, 1995.

REIS, Adriana Dantas. Gênero, Patriarcado e a história da escravidão no Brasil. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011.

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e família. São Paulo, Século XIX*. São Paulo: Marco Zero, 1989.

\_\_\_\_\_. *História de vida na expansão do povoamento paulista*. Disponível em: [vanderbilt.edu/ files/eTVaUO/Samara Eni de Mesquita](http://vanderbilt.edu/files/eTVaUO/Samara%20Eni%20de%20Mesquita.pdf). Pdf. Acessado em: 03/07/12 às 21:55h.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá. O mercado carioca de crédito: da acumulação senhorial a acumulação mercantil (1650-1750). In: *Estudos Históricos*, 29. Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, 2002, p. 29-49.

SANTO, Claudia Coimbra do Espirito. A alma é o segredo do negócio... e do crédito: Religião, costume, poder e economia no Império Português - Lisboa, Vila Rica e São Luis do

Maranhão, Século XVIII. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH* • São Paulo, julho 2011.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Sociedade*. Porto Alegre, vol. 20, n° 2, p. 71-99, Jul./ dez. 1995.

SILVA, Tânia Maria Gomes da. Trajetória da historiografia das mulheres no Brasil. *Politeia: Hist. e Soc.*, Vitória da Conquista, v. 8, n. 1, p. 223-231, 2008.

SOIHET, Rachel. História das Mulheres. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (orgs). *Domínios da História: ensaio de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_ e PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da História das mulheres e das Relações de Gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n° 54, p. 281-300, 2007.

THOMASSET, Claude. Da natureza feminina. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 65-97.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu* (3), p. 29-62, 1994.

VECCHIO, Silvana. A boa esposa. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 143-183.

WEMPLE, Suzanne Fonay. As mulheres do século V ao século X. In: DUBY, George e PERROT, Michelle (Org.) *História das Mulheres no Ocidente*. Vol. 2: A Idade Média. Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 227-271.